

COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA CHINÊS (1989) - GUIA DE ESTUDOS

INSTITUTO DIPLOMUN



INSTITUTO
Diplomun

Nós, comunistas, somos como sementes e as pessoas são como o solo. Onde quer que a gente vá, devemos nos unir às pessoas, criar raízes e florescer entre elas. - Mao Tse-Tung

Prezados Delegados da DiploMUN Online 2026,

É com grande prazer que apresentamos a vocês os Guias de Estudo da DiploMUN Online 2026, materiais essenciais criados para apoiar sua preparação para os comitês e debates deste ano.

Estes guias foram cuidadosamente desenvolvidos para oferecer uma compreensão sólida dos temas, contextos históricos, principais atores, debates centrais e possíveis caminhos de discussão dentro de cada comitê. Mais do que simples materiais introdutórios, eles devem servir como uma base para sua pesquisa, ajudando vocês a chegarem à conferência com mais confiança, profundidade e consciência estratégica.

Ao longo destas páginas, vocês encontrarão o contexto necessário para compreender os desafios que enfrentarão como delegados, bem como perguntas e perspectivas importantes que devem orientar sua preparação. Recomendamos fortemente que leiam atentamente o guia de seu comitê, façam anotações, conduzam pesquisas adicionais e utilizem o material como ponto de partida para construir sua posição, seus argumentos e sua estratégia diplomática.

Os Guias de Estudo não têm a intenção de substituir a pesquisa independente, mas de abrir caminho para ela. Eles são o primeiro passo de vocês no universo do comitê — um espaço de negociação, pensamento crítico, cooperação internacional e tomada de decisões complexas.

Temos a honra de fazer parte da sua jornada diplomática e estamos animados para ver como cada um de vocês utilizará estes materiais para contribuir de forma significativa com os debates da DiploMUN Online 2026.

Atenciosamente,
Secretariado da DiploMUN Online 2026.

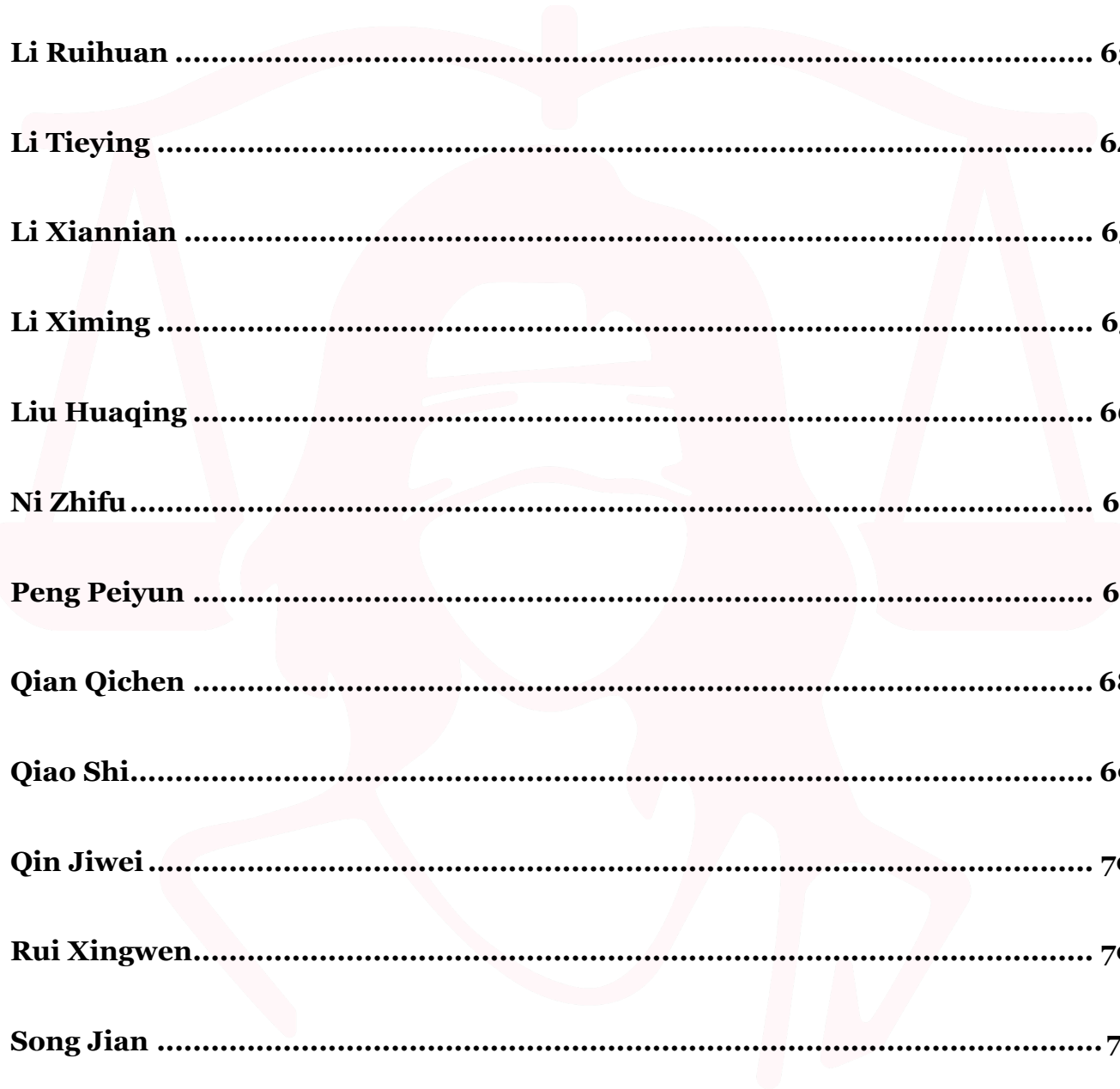
SUMÁRIO

Carta dos Diretores	11
 Apresentação pessoal e institucional da Mesa Diretora.....	11
 Relevância histórica e política do tema	12
 Expectativas acadêmicas e performáticas para o comitê	13
Introdução	14
 A China de 1989 como regime em transformação e em tensão.....	14
 O significado político da crise que se forma em Pequim	15
 O problema central do comitê	15
 A pergunta central do comitê	17
O Comitê Central do Partido Comunista Chinês e a Estrutura do Poder em 1989	18
 O Comitê Central como espaço decisório dentro da estrutura partidária	18
 A relação entre Partido, Estado e Exército	18
 A estrutura de liderança em 1989.....	19
 O que está em crise institucionalmente	20
Conceitos Fundamentais para o Debate	22
 Reforma e abertura no vocabulário político chinês dos anos 1980	22

Estabilidade, ordem e caos no imaginário político do Partido	23
Liberalização política, pluralismo e “burguesização” ideológica	23
Corrupção, favoritismo e legitimidade revolucionária	24
Movimento estudantil, mobilização urbana e opinião pública.....	25
Formação Histórica da Crise	26
A China pós-Mao e o início das reformas.....	26
Os ganhos e contradições da década de 1980	26
Hu Yaobang, sua queda e seu legado simbólico	27
O contexto internacional de 1989	28
A Estrutura da Crise de Tiananmen.....	29
O luto que se converte em mobilização política	29
A ampliação do movimento para além do campus	30
A centralidade de Pequim e o peso da visibilidade nacional e internacional....	30
O dilema da liderança	30
A abertura econômica sem liberalização política correspondente	31
A inflação e o mal-estar urbano.....	32
Corrupção, nepotismo e ressentimento contra privilégios partidários.....	33
O papel das universidades e da intelectualidade urbana	34

A divisão interna na liderança.....	34
Subproblemáticas Centrais do Debate.....	36
O limite entre concessão tática e perda de autoridade política	36
A definição oficial do movimento: protesto legítimo, distúrbio político ou ameaça contrarrevolucionária?	36
A disputa entre negociação, contenção e repressão	37
O papel da imprensa e da circulação de informação	38
O impacto da crise sobre a unidade interna do Partido	38
A posição do Exército de Libertação Popular	39
A relação entre estabilidade doméstica e imagem internacional	40
O futuro da reforma após a crise	40
A mobilização de trabalhadores e outros setores urbanos.....	41
O perigo de fragmentação nacional e colapso de autoridade central	41
Procedimentos do Comitê	43
Natureza do comitê	43
Dinâmica geral do debate	43
Diretivas, ordens e documentos internos	44
Modelos de documentos.....	46

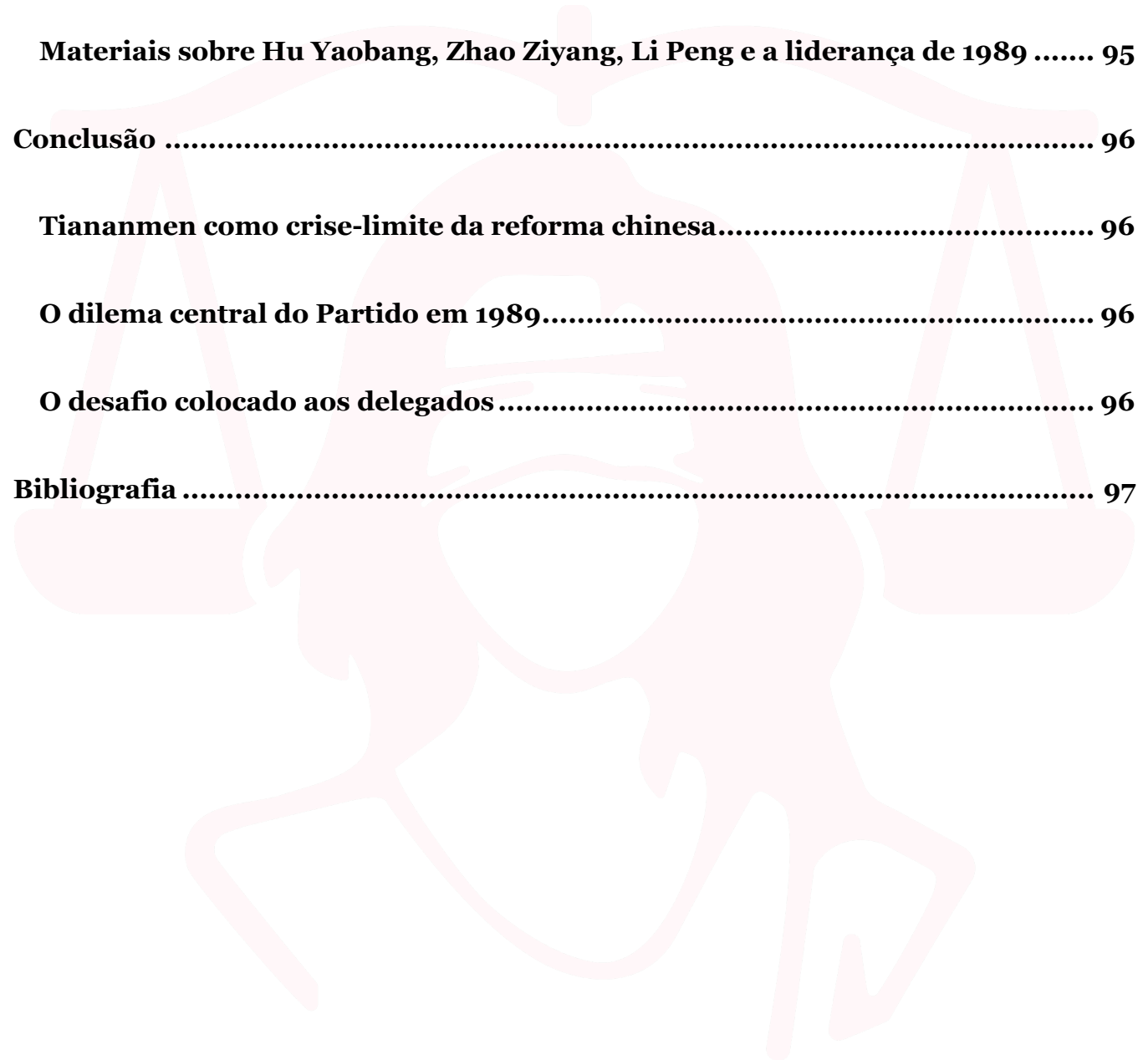
Modelo de Plano de Ação.....	46
Modelo de Ordem.....	47
Modelo de Proposta de Resolução	49
Modelo de Carta de Estado	51
Atualizações de crise	52
Temporalidade e congelamento histórico	52
Critério de atuação esperado.....	52
Posicionamentos dos Personagens e das Correntes Internas	54
Bo Yibo.....	54
Chen Junsheng.....	55
Chen Muhua.....	55
Chen Xitong	56
Chen Yun	57
Chi Haotian	58
Deng Xiaoping.....	58
Hong Xuezhi	59
Hu Qiaomu.....	60
Hu Qili	60



Jiang Zemin	61
Li Guixian	62
Li Peng	63
Li Ruihuan	63
Li Tieying	64
Li Xiannian	65
Li Ximing	65
Liu Huaqing	66
Ni Zhifu	67
Peng Peiyun	67
Qian Qichen	68
Qiao Shi.....	69
Qin Jiwei.....	70
Rui Xingwen.....	70
Song Jian	71
Song Ping	72
Tian Jiyun	72
Wan Li	73

Wen Jiabao	74
Wu Xueqian	74
Xu Qinxian	75
Yan Mingfu	76
Yang Baibing	76
Yang Rudai.....	77
Yang Shangkun	78
Yao Yilin	78
Yuan Mu.....	79
Zhao Ziyang	80
Zhou Yibing.....	80
Zou Jiahua	81
Estudos de Caso e Eixos Factuais para o Guia.....	83
 A morte de Hu Yaobang como detonador político	83
 A ocupação da Praça Tiananmen e a escalada da mobilização	83
 O papel da imprensa, estudantes e apoio urbano	84
 O contexto socialista internacional em 1989.....	85
 A preparação e o uso potencial do Exército	85

Impactos Políticos, Sociais, Econômicos e Internacionais das Possíveis Respostas	87
O impacto interno de concessões políticas	87
O impacto interno de repressão severa	87
O impacto sobre o futuro econômico da China	88
O impacto sobre a imagem internacional do regime	88
O impacto sobre a própria estrutura de poder do Partido	88
Marcos Normativos, Ideológicos e Doutrinários Relevantes	89
O vocabulário oficial do Partido sobre estabilidade, reforma e disciplina	89
A tensão entre modernização econômica e controle político	90
O peso da memória da Revolução Cultural	90
A lógica do centralismo democrático e da disciplina partidária	91
Caminhos de Solução e Eixos Possíveis de Resolução	92
Negociação controlada com os estudantes	92
Concessões pontuais combinadas com reafirmação firme da autoridade	92
Reorganização interna da liderança	93
Lei marcial e endurecimento progressivo	93
Uso do Exército para restauração da ordem	93



Perguntas que uma Resolução Deve Responder	94
Sugestões de Pesquisa Adicional	95
Materiais sobre a China pós-Mao e as reformas dos anos 1980	95
Materiais sobre Hu Yaobang, Zhao Ziyang, Li Peng e a liderança de 1989	95
Conclusão	96
Tiananmen como crise-limite da reforma chinesa.....	96
O dilema central do Partido em 1989.....	96
O desafio colocado aos delegados.....	96
Bibliografia	97

Carta dos Diretores

Apresentação pessoal e institucional da Mesa Diretora

Caros delegados,

É com grande entusiasmo que nós, diretoras deste comitê, nos dirigimos a vocês para dar início a mais uma experiência no universo das simulações. A mesa diretora é composta por mulheres com trajetórias distintas dentro desse meio, com vivências acumuladas em diferentes comitês, seja como delegadas, diretoras ou observadoras atentas dos debates. Apesar de nossos gostos pessoais e estilos de atuação variados, somos unidas por uma mesma paixão: o interesse pelas simulações, pela construção de debates complexos e pela possibilidade de experimentar, ainda que temporariamente, diferentes realidades políticas.

Foi a partir dessa experiência e desse interesse comum que este comitê e o presente Guia de Estudos foram construídos. Cada seção foi elaborada com cuidado e atenção, com o objetivo de oferecer não apenas informações, mas também instrumentos que auxiliem vocês a atuar de maneira consistente, crítica e bem fundamentada ao longo da simulação.

O tema que orienta este comitê, a crise política chinesa de 1989, exige uma postura específica por parte dos delegados. Não se trata de analisar os acontecimentos com o distanciamento de quem já conhece seus desdobramentos históricos. Ao contrário, espera-se que cada participante se coloque dentro daquele contexto e atue como membro da elite dirigente chinesa naquele momento, lidando com as limitações de informação, as tensões internas e as pressões políticas próprias da conjuntura de 1989. A qualidade do debate depende diretamente dessa capacidade de imersão e fidelidade histórica.

Ao longo deste guia, vocês encontrarão os principais elementos necessários para compreender o cenário, os atores envolvidos e os dilemas que estruturam a crise. Mais do que absorver esse conteúdo, é fundamental utilizá-lo como base para a construção de posicionamentos coerentes com os personagens representados.

Esperamos que este material cumpra seu papel de orientar a preparação de vocês e que o comitê se desenvolva de forma produtiva, com debates bem fundamentados e historicamente consistentes.

Desejamos a todos um excelente comitê.

Atenciosamente,

Mesa Diretora

Relevância histórica e política do tema

Os eventos de 1989 na Praça Tiananmen constituem um dos episódios mais decisivos e mais estudados da história política contemporânea. Em um único ano, o mesmo em que governos comunistas entravam em colapso em toda a Europa Oriental, a China enfrentou sua maior crise de legitimidade desde a fundação da República Popular, em 1949. O que estava em jogo não era apenas a gestão de um protesto estudantil: era a sobrevivência do modelo político chinês diante das forças que ele mesmo havia, em parte, desencadeado.

Mais de uma década de reformas econômicas sob Deng Xiaoping havia transformado profundamente o país. A abertura ao mercado criou zonas econômicas especiais, atraiu capital estrangeiro e elevou o padrão de vida de milhões de chineses, mas também produziu inflação galopante, corrupção sistêmica e uma nova camada urbana de estudantes e intelectuais que exigiam participação política. A modernização econômica havia alimentado expectativas que o sistema político unipartidário não estava disposto a atender.

A morte de Hu Yaobang, em 15 de abril de 1989, acendeu a fagulha. Líder reformista que havia sido forçado a se demitir em 1987 sob pressão dos conservadores do partido, Hu era visto por jovens e intelectuais como símbolo de moderação e abertura. Seu falecimento transformou o luto em mobilização. Nas semanas seguintes, o movimento ganhou dimensões que o Partido Comunista Chinês jamais havia enfrentado em tempo de paz: estudantes de Pequim e de outras cidades ocuparam praças, redigiram petições e exigiram diálogo com a liderança.

A resposta do regime revelou sua profunda divisão interna. Enquanto o Secretário-Geral Zhao Ziyang defendia o diálogo e a contenção, o Primeiro-Ministro Li Peng e os setores conservadores pressionavam por medidas de força. Deng Xiaoping, líder supremo sem cargo formal mas com autoridade real sobre o partido, o exército e a Comissão Militar Central, acabou por apoiar a linha dura. Em 20 de maio foi declarada a lei marcial; na madrugada de 3 para 4 de junho, o Exército de Libertação Popular avançou sobre Pequim. O massacre resultante, com estimativas

que variam de centenas a mais de dois mil mortos, chocou o mundo e redefiniu as relações da China com o Ocidente por anos.

Historicamente, Tiananmen representa o momento em que a liderança chinesa optou pela preservação do controle político sobre qualquer concessão democrática, estabelecendo um padrão que ainda orienta o Partido Comunista Chinês. Para a ciência política, o episódio é um estudo de caso incontornável sobre autoritarismo resiliente, gestão de crises em regimes de partido único e os limites da liberalização econômica sem abertura política.

Expectativas acadêmicas e performáticas para o comitê

Este comitê simula uma sessão extraordinária do Comitê Central do Partido Comunista Chinês em maio de 1989 — com a crise ainda em aberto, antes do desfecho histórico. Os delegados não atuam como observadores externos: eles são membros da própria estrutura de poder que deve decidir o destino do movimento e, por extensão, do regime.

Do ponto de vista acadêmico, espera-se que cada delegado domine o contexto político, econômico e ideológico da China de 1989; compreenda as posições, interesses e margens de manobra do personagem que representa; e seja capaz de articular argumentos coerentes com a visão de mundo de um membro do Comitê Central, seja ele reformista, conservador ou pragmático.

Do ponto de vista performático, o comitê exige discursos precisos e politicamente fundamentados, capacidade de negociação e formação de blocos, e habilidade para redigir resoluções que reflitam posições reais do debate interno do PCCh. A simulação valoriza a verossimilhança histórica: anacropismos, posições inverossímeis para o personagem ou ausência de embasamento nas fontes serão penalizados na avaliação.

"Até que ponto a reforma pode continuar sem transformar também a natureza do poder político chinês?"

Essa é a pergunta que atravessa todo o comitê, e que cada delegado deverá responder, implícita ou explicitamente, em cada intervenção.

Introdução

A China de 1989 como regime em transformação e em tensão

Em 1989, a China não era mais o país que Mao Zedong havia deixado. Mais de uma década de reformas sob Deng Xiaoping havia produzido uma transformação econômica sem precedentes: as Zonas Econômicas Especiais atraíam investimento estrangeiro, o setor privado emergia nas cidades, e a taxa de crescimento do PIB superava consistentemente 9% ao ano. O país que havia sido uma economia de comando fechada estava, rapidamente, integrando-se ao mercado mundial.

Essa transformação, contudo, não foi linear nem isenta de contradições. A abertura econômica produziu inflação significativa — os preços ao consumidor subiram mais de 25% em 1988 — e gerou um sistema dual em que aqueles com conexões partidárias podiam comprar bens a preços subsidiados pelo Estado e revendê-los pelo preço de mercado, acumulando fortunas. A corrupção deixou de ser um fenômeno marginal e tornou-se estrutural, alimentada justamente pela coexistência entre planejamento estatal e mercado emergente.

Paralelamente, a abertura ao exterior havia criado uma nova geração de estudantes e intelectuais expostos a ideias liberais e a modelos políticos alternativos. Fang Lizhi, professor de astrofísica que havia estudado em Princeton, percorreu universidades chinesas falando de direitos humanos e separação de poderes; suas palestras gravadas circulavam clandestinamente entre os estudantes. O ambiente universitário, que havia sido brutalmente reprimido durante a Revolução Cultural (1966-1976), voltava a fermentar politicamente.

O Partido Comunista Chinês, por sua vez, vivia sua própria crise interna. A luta entre reformistas e conservadores — entre aqueles que acreditavam que a abertura econômica deveria ser acompanhada de alguma liberalização política e aqueles que viam qualquer concessão como ameaça à estabilidade — havia se intensificado ao longo da década. Hu Yaobang, o líder reformista que havia sido forçado a renunciar em 1987 sob pressão dos conservadores, tornou-se o símbolo dessa divisão. Sua morte, em abril de 1989, não foi apenas o gatilho dos protestos: foi o sinal de que o campo reformista havia perdido sua referência mais importante dentro do Partido.

O significado político da crise que se forma em Pequim

O que tornou os protestos de 1989 qualitativamente diferentes de episódios anteriores de agitação estudantil na China foi sua escala, sua duração e sua composição social. Em poucos dias, o que havia começado como vigílias de luto pela morte de Hu Yaobang transformou-se em um movimento organizado, com petições formais, marchas de dezenas de milhares de pessoas e, a partir de 13 de maio, uma greve de fome de mais de 400 estudantes que mobilizou a opinião pública urbana de forma sem precedentes.

Mais significativo ainda foi o alargamento social do movimento. Trabalhadores de fábricas estatais, jornalistas, funcionários públicos e moradores comuns de Pequim passaram a acompanhar e a apoiar os estudantes. A visita do líder soviético Mikhail Gorbachev à China, em meados de maio, atraiu a atenção da imprensa internacional para a praça, e tornou qualquer ação repressiva imediata diplomaticamente custosa para o regime.

O Partido Comunista percebeu, com crescente alarme, que os protestos começavam a questionar não apenas políticas específicas, mas a legitimidade do próprio sistema. As demandas por diálogo com a liderança, por liberdade de imprensa e por responsabilização dos corruptos tinham uma dimensão sistêmica que ia além das reivindicações pontuais dos movimentos estudantis anteriores. O editorial do Diário do Povo de 26 de abril, que caracterizou os manifestantes como agitadores contra-revolucionários, longe de intimidar o movimento, radicalizou-o, e revelou a profundidade da divisão dentro do próprio partido sobre como responder à crise.

Para os setores conservadores do PCCh, os espectros da Revolução Cultural, quando multidões incontroláveis haviam desafiado a autoridade do Estado, tornavam qualquer concessão perigosa. Para os reformistas, a repressão violenta arriscava destruir a legitimidade internacional da China num momento em que a abertura econômica dependia crucialmente do investimento e do comércio estrangeiros. Nenhuma das opções era simples; todas tinham custos.

O problema central do comitê

O problema que o Comitê Central enfrenta neste comitê não é, em sua essência, um problema de ordem pública. É um problema de governabilidade sistêmica: como um regime que se legitimou pela vanguarda do proletariado e pela construção do socialismo responde a uma

demanda popular por participação política sem abrir mão do monopólio do poder que define sua própria natureza?

As reformas econômicas de Deng Xiaoping criaram uma armadilha. Ao abrir parcialmente a economia, o Partido gerou uma sociedade civil incipiente — estudantes, intelectuais, trabalhadores urbanos — com interesses e identidades que não se encaixavam perfeitamente na estrutura do partido único. Ao mesmo tempo, a própria corrupção que o movimento denunciava era, em grande medida, produto do sistema dual de preços e do entrelaçamento entre poder político e acumulação econômica que o modelo reformista havia criado.

O Partido não pode simplesmente reprimir sem custo: qualquer resposta de força terá consequências para a imagem internacional da China, para as relações com o Ocidente e para a continuidade das reformas econômicas. Mas tampouco pode ceder sem risco: qualquer concessão substantiva — especialmente no campo da liberdade de imprensa ou da responsabilização política — poderá ser interpretada como fraqueza e alimentar demandas ainda maiores.



A divisão interna da liderança torna o problema ainda mais agudo. As disputas entre Li Peng e Zhao Ziyang, entre os chamados 'oito imortais' (os veteranos que ainda exercem influência nos bastidores) e os membros mais jovens do Politburo, entre o Exército de Libertação Popular e os reformistas, não são apenas disputas de pessoa: são disputas sobre a identidade e o futuro do Partido Comunista Chinês.

A pergunta central do comitê

Toda a dinâmica deste comitê orbita em torno de uma questão fundamental, que os delegados deverão responder, implícita ou explicitamente, em cada posicionamento: "Até que ponto a reforma pode continuar sem transformar também a natureza do poder político chinês?" Essa pergunta desdobra-se em sub-questões igualmente urgentes: O Partido deve negociar com os manifestantes? Se sim, em que termos e com quais limites? Quais concessões são possíveis sem abrir precedentes perigosos? Qual é o papel do Exército de Libertação Popular nesta crise, e quais as consequências de mobilizá-lo? Como a resposta à crise de Pequim afetará a posição da China no contexto internacional, especialmente diante do colapso dos regimes comunistas na Europa Oriental? E, finalmente: o que significa ser comunista, e ser chinês, em 1989?

Estas não são perguntas retóricas. São as perguntas que os membros reais do Comitê Central enfrentavam naquelas semanas de maio. Os delegados deste comitê têm a oportunidade, e a responsabilidade, habitá-las com seriedade histórica e rigor analítico.

O Comitê Central do Partido Comunista Chinês e a Estrutura do Poder em 1989

O Comitê Central como espaço decisório dentro da estrutura partidária

Para compreender o que está em jogo neste comitê, é indispensável entender como o poder funciona, formalmente e informalmente, no Partido Comunista Chinês de 1989. A estrutura do PCCh é hierárquica e piramidal, mas sua lógica real de funcionamento é mais complexa do que os organogramas sugerem.

O Comitê Central é, formalmente, o órgão máximo do partido entre os Congressos Nacionais, que se reúnem a cada cinco anos. Com cerca de 175 membros titulares e 110 suplentes eleitos no 13.º Congresso Nacional (1987), o Comitê Central representa a elite política do partido: líderes provinciais, ministros, generais e dirigentes de grandes empresas estatais. É ele que, em teoria, define as grandes diretrizes do partido e elege o Politburo, o órgão executivo central.

O Politburo, por sua vez, é composto por cerca de 18 membros e se reúne com maior frequência para tomar decisões sobre política interna e externa. Mas o núcleo real do poder está em seu subórgão: o Comitê Permanente do Politburo, que em 1989 tinha cinco membros, Zhao Ziyang, Li Peng, Qiao Shi, Hu Qili e Yao Yilin. É o Comitê Permanente que toma as decisões mais sensíveis do cotidiano do regime.

Essa estrutura formal, contudo, convive com uma realidade informal de enorme importância: os chamados 'oito imortais', grupo de veteranos revolucionários — entre os quais Deng Xiaoping, Chen Yun, Li Xiannian e Bo Yibo — que, mesmo sem cargos formais no Comitê Permanente, exercem influência decisiva sobre as grandes escolhas do partido. É essa dualidade entre poder formal e poder informal que torna a política chinesa de 1989 tão opaca e tão fascinante.

A relação entre Partido, Estado e Exército

Uma das características definidoras do sistema político chinês é a sobreposição entre partido, Estado e forças armadas. O Partido Comunista Chinês não é simplesmente o partido governante: ele é o Estado, na prática. Todos os cargos de importância no governo, no Judiciário, nas forças

armadas e nas grandes empresas estatais são ocupados por membros do partido indicados por suas instâncias internas.

O Exército de Libertação Popular (ELP) não é, em sentido estrito, o exército do Estado chinês: é o exército do Partido. Sua lealdade primária é ao PCCh — e, dentro dele, à Comissão Militar Central, presidida em 1989 por Deng Xiaoping. Essa distinção tem implicações práticas enormes: o ELP pode ser mobilizado não apenas para defender o país de ameaças externas, mas para defender o partido de ameaças internas, como a que os protestos de Tiananmen representam para os setores conservadores da liderança.

Em 1989, Yang Shangkun ocupa formalmente a presidência da República Popular da China, enquanto Li Peng exerce a função de Primeiro-Ministro do Conselho de Estado. Zhao Ziyang é o Secretário-Geral do Comitê Central, o cargo mais alto na hierarquia formal do partido. Mas Deng Xiaoping, como presidente da Comissão Militar Central, mantém o controle sobre o instrumento de força mais decisivo do sistema. É essa configuração que explica por que, quando Deng opta pela linha dura, a decisão é praticamente irresistível, mesmo para aqueles que discordam.

A relação entre partido e Estado também implica que qualquer decisão tomada neste comitê terá consequências em múltiplas dimensões simultaneamente: na política interna do partido, na administração pública, nas relações com as forças armadas e na política externa da China. Os delegados precisam ter consciência dessa interdependência ao formular suas posições.

A estrutura de liderança em 1989

A liderança do PCCh em 1989 não é um bloco monolítico: é um campo de forças em tensão, dividido entre pelo menos duas grandes correntes que diferem tanto em diagnóstico quanto em prescrição para a crise.

Os reformistas, representados simbolicamente por Zhao Ziyang e por figuras como Hu Qili e Yan Mingfu, acreditam que o diálogo com os manifestantes é possível e necessário. Para eles, as demandas estudantis expressam frustrações legítimas com a corrupção e com o ritmo insuficiente das reformas. Uma resposta de força, argumentam, seria desastrosa para a imagem internacional da China e para a continuidade do processo de abertura econômica. Zhao Ziyang chegou a visitar pessoalmente os estudantes em greve de fome na praça, um gesto que seus adversários usarão depois como prova de sua 'simpatia pela agitação burguesa'.

Os conservadores, liderados por Li Peng e apoiados pelos veteranos Chen Yun e Bo Yibo, veem nos protestos uma ameaça existencial ao regime. Para eles, qualquer concessão política seria um sinal de fraqueza que encorajaria demandas ainda mais radicais. O espectro da Revolução Cultural, quando a autoridade do partido havia sido desafiada por massas descontroladas pesa sobre sua análise. Li Peng foi o principal responsável pela declaração da lei marcial em 20 de maio, com o respaldo de Deng Xiaoping.

Entre esses dois polos, há figuras pragmáticas, como Jiang Zemin, governante de Xangai, que havia conseguido controlar os protestos em sua cidade sem violência de grande escala, e militares como o general Xu Qinxian, que chegou a se recusar a receber ordens de marcha por discordar da resposta militar. A diversidade de posições dentro da própria liderança é um dos elementos mais importantes para a dinâmica deste comitê.

O que está em crise institucionalmente

A crise de 1989 não é apenas uma crise de governança: é uma crise institucional do modelo político chinês. Três dimensões dessa crise merecem atenção especial dos delegados.

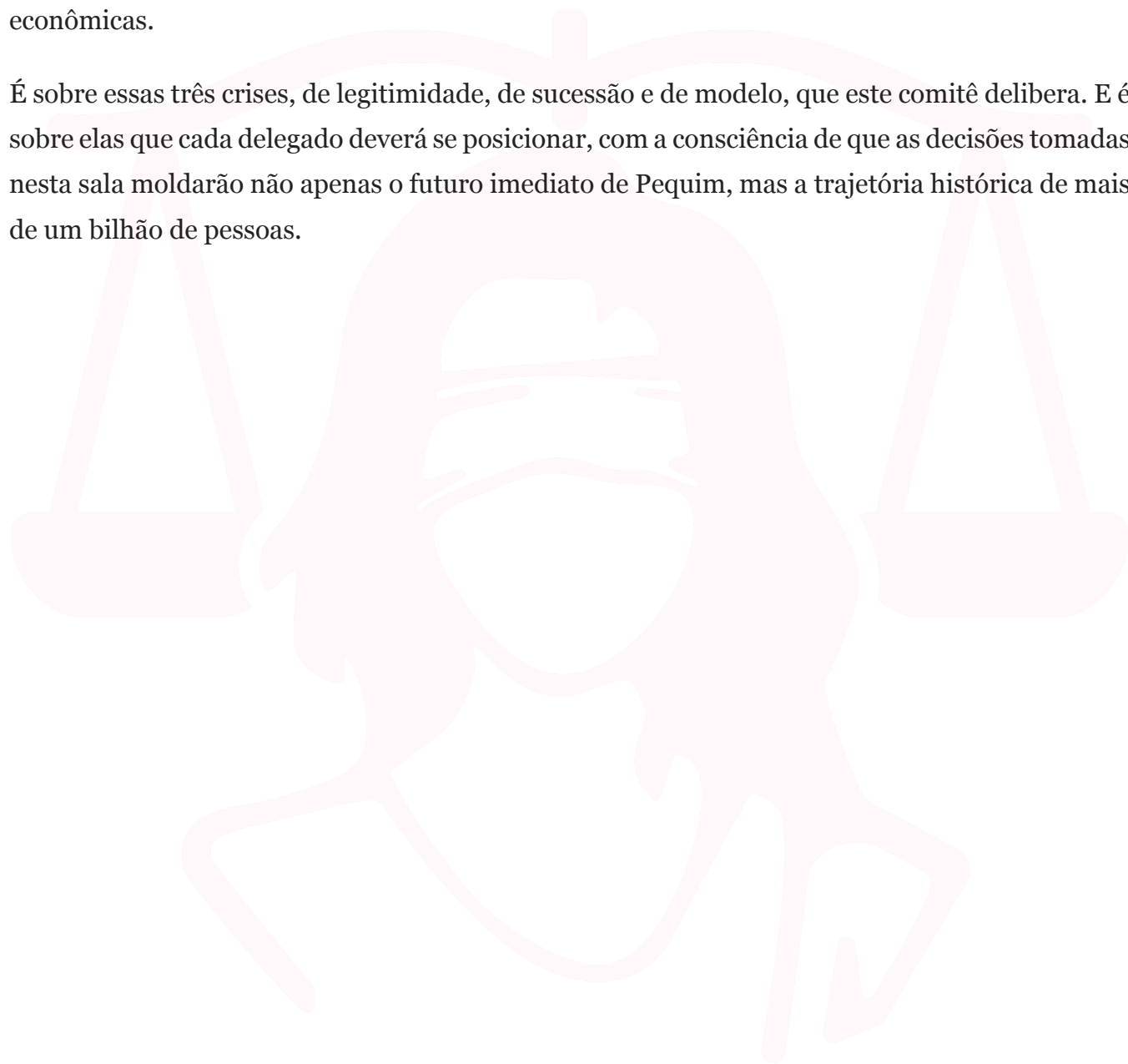
A primeira é a crise de legitimidade. O Partido Comunista Chinês fundou sua legitimidade na narrativa da libertação nacional, da reconstrução do país e da liderança do proletariado. Mas a abertura econômica criou novas classes sociais, empresários, especialistas técnicos, trabalhadores migrantes, cujos interesses e identidades não se encaixam perfeitamente nessa narrativa. A corrupção generalizada, por sua vez, erosava diariamente a credibilidade de um partido que se apresentava como guardião do interesse público. Os protestos de 1989 foram, em grande medida, uma demanda por nova legitimidade.

A segunda é a crise de sucessão e de unidade. A expulsão de Hu Yaobang em 1987 e as disputas que se seguiram revelaram que o PCCh não havia ainda resolvido o problema da transferência de poder. Deng Xiaoping, já com 84 anos, era o árbitro final, mas sua capacidade de continuar nessa função era limitada. A crise de 1989 acelerou a disputa entre reformistas e conservadores pela posição de herdeiros legítimos de Deng: Zhao Ziyang pagou com sua carreira e sua liberdade por ter se posicionado do lado errado.

A terceira é a crise da relação entre abertura econômica e controle político. O modelo de Deng, socialismo com características chinesas, pressupunha que era possível separar a liberalização

econômica da liberalização política. Os protestos de 1989 puseram em xeque essa pressuposição. Ao criar expectativas que o sistema político não estava preparado para atender, a abertura econômica gerou a maior ameaça ao regime desde a fundação da República Popular. A decisão de reprimir os protestos, e de prender ou exilar suas lideranças foi, em última instância, a escolha de preservar o controle político mesmo ao custo de interromper, temporariamente, as reformas econômicas.

É sobre essas três crises, de legitimidade, de sucessão e de modelo, que este comitê delibera. E é sobre elas que cada delegado deverá se posicionar, com a consciência de que as decisões tomadas nesta sala moldarão não apenas o futuro imediato de Pequim, mas a trajetória histórica de mais de um bilhão de pessoas.



Conceitos Fundamentais para o Debate

Reforma e abertura no vocabulário político chinês dos anos 1980

A expressão “reforma e abertura” não era apenas uma descrição de política econômica. Ela se tornou o principal fundamento de legitimidade do Partido Comunista Chinês após a morte de Mao, e em um contexto geral de enfraquecimento de regimes socialistas na década de 1980. Depois da Revolução Cultural, o Partido precisava de uma nova justificativa para seu poder, e Deng Xiaoping a construiu com base no desempenho econômico. Se o Partido já não podia se apresentar como condutor de uma revolução em curso, passou a se apresentar como responsável pela modernização do país.

Na prática, esse projeto combinava dois processos distintos que o Partido tratava como complementares. O primeiro era a flexibilização econômica: criação de zonas econômicas especiais, abertura ao investimento estrangeiro, descentralização produtiva e introdução gradual de mecanismos de mercado. Essa dimensão gerava resultados visíveis e ampliava o apoio ao governo.

O segundo era a modernização política, e nesse ponto havia um limite claro. O Partido aceitava reformas econômicas, mas rejeitava democratização política. O Muro da Democracia de 1978 deixou isso evidente: foi tolerado inicialmente, mas reprimido quando ultrapassou o que a liderança considerava aceitável.

Essa separação gerava uma tensão crescente. A abertura econômica transformava a sociedade: ampliava o contato com o exterior, o acesso a informações e a comparação com outros países. Isso estimulava questionamentos que o sistema político não estava preparado para absorver. O Partido apostava que o crescimento econômico sustentaria sua legitimidade sem necessidade de abertura política, mas essa aposta dependia da ideia de que prosperidade reduziria demandas por participação. Os eventos de 1989 indicam o contrário: crescimento e demanda política podem avançar juntos.

Estabilidade, ordem e caos no imaginário político do Partido

A resposta do PCCh à crise de 1989 está diretamente ligada ao peso que a ideia de estabilidade tem no pensamento da liderança. Esse fator não pode ser entendido apenas como retórica política, mas como resultado de experiências concretas.

A geração que ocupava posições de decisão havia vivido a Revolução Cultural. Esse período foi marcado por colapso de autoridade, violência e desorganização prolongada. Para esses líderes, a desordem não era uma hipótese abstrata, mas uma possibilidade real que já havia ocorrido.

Essa memória influenciava a leitura dos eventos em Tiananmen. As manifestações, a ocupação da praça e o enfraquecimento da autoridade estatal eram vistos não apenas como protestos, mas como sinais de um possível processo de perda de controle. A preocupação central era que a instabilidade, uma vez iniciada, pudesse se ampliar rapidamente e se tornar difícil de conter.

Além disso, estabilidade não era apenas um valor administrativo. Era parte da narrativa de legitimidade do Partido. O PCCh se apresentava como responsável por manter a unidade e a ordem após décadas de conflito interno e externo. Qualquer sinal de descontrole colocava em risco essa narrativa. Nesse contexto, a repressão não era vista por seus defensores como uma escolha entre alternativas, mas como uma forma de evitar um cenário considerado mais grave.

Liberalização política, pluralismo e “burguesização” ideológica

Nos anos 1980, o termo “liberalização burguesa” era usado dentro do PCCh para identificar tendências consideradas alinhadas a valores políticos ocidentais. A expressão era ampla e podia incluir desde defesa de maior liberdade de imprensa até apoio a formas de organização política mais abertas.

Essa categoria teve importância política concreta. A acusação de tolerar esse tipo de tendência esteve associada à queda de Hu Yaobang em 1987, após sua recusa em adotar uma linha mais dura contra protestos estudantis.

Por trás do uso do termo estava um receio específico: o de que concessões políticas limitadas não permaneceriam limitadas. A percepção era de que abertura em áreas como imprensa,

transparência e participação poderia gerar novas demandas e reduzir a capacidade do Partido de controlar o processo.

Esse entendimento era reforçado pelo cenário internacional. As reformas na União Soviética haviam sido iniciadas como ajustes controlados e estavam produzindo efeitos mais amplos do que o previsto. Para setores do PCCh, isso confirmava o risco de perda de controle político.

Havia também uma dimensão externa. A abertura econômica aumentava o contato com ideias e práticas vindas do exterior. Enquanto o Partido buscava absorver capital e tecnologia, tentava limitar a influência política desses contatos. Essa tensão contribuiu para explicar por que demandas por diálogo e transparência eram vistas por parte da liderança como potencialmente desestabilizadoras.

Corrupção, favoritismo e legitimidade revolucionária

A corrupção tornou-se uma das principais fontes de tensão interna durante a década de 1980. O crescimento econômico ampliou oportunidades de obtenção de vantagens privadas por parte de funcionários com poder regulatório, especialmente em setores em expansão.

Famílias ligadas à liderança do Partido estavam frequentemente em posição privilegiada para acessar essas oportunidades. O fenômeno dos “princelings”, filhos de altos dirigentes que acumulavam influência e riqueza, era visível o suficiente para gerar insatisfação social.

O problema não era apenas administrativo, mas político. Parte da legitimidade do PCCh estava associada à imagem de um movimento revolucionário disciplinado e voltado ao interesse público. A expansão da corrupção criava um contraste direto entre essa narrativa e a prática observada.

Esse contraste era particularmente relevante para estudantes e intelectuais, que haviam sido formados dentro da retórica revolucionária. O enriquecimento de elites em um contexto de inflação e desigualdade reforçava a percepção de incoerência do sistema.

Hu Yaobang tentou enfrentar esse problema, promovendo investigações sobre nepotismo e favoritismo. Sua remoção indicou limites claros para esse tipo de iniciativa. Quando as manifestações começaram em 1989, o combate à corrupção já era uma demanda central, ao lado de maior transparência e abertura.

Movimento estudantil, mobilização urbana e opinião pública

Os estudantes universitários ocupam um papel simbólico relevante na história política chinesa. O Movimento de 4 de Maio de 1919 consolidou a imagem do estudante como agente de transformação e consciência crítica nacional, e essa memória foi incorporada pelo próprio Partido.

Esse histórico dificulta a deslegitimação imediata de mobilizações estudantis. Em 1989, no entanto, o desafio para o PCCh não estava apenas nos estudantes, mas na ampliação do movimento para outros setores.

As demandas iniciais — diálogo, liberdade de imprensa, retirada do editorial de 26 de abril e combate à corrupção — encontravam eco na população urbana. Inflação elevada, desigualdade e percepção de favorecimento político eram preocupações compartilhadas por diferentes grupos sociais.

Esse cenário criou um dilema para a liderança. Reprimir o movimento significava agir contra um grupo com legitimidade histórica e com apoio social relevante. Não reprimir significava permitir a expansão de demandas que poderiam evoluir para questionamentos mais amplos sobre a condução política do país.

Formação Histórica da Crise

A China pós-Mao e o início das reformas

A morte de Mao Tsé-Tung, em setembro de 1976, não gerou uma transição estável. O país estava institucionalmente fragilizado. A Revolução Cultural havia desorganizado o Partido Comunista, interrompido a educação de uma geração inteira e criado uma burocracia marcada pelo medo, na qual apoiar uma política podia se tornar um risco quando a linha mudava. Cerca de três milhões de membros do PCCh aguardavam reabilitação após expurgos, enquanto a legitimidade do regime, especialmente nas áreas urbanas, estava enfraquecida.

Nesse contexto, Deng Xiaoping consolidou sua posição. Ele havia sido um dos principais alvos das purgas da Revolução Cultural, passando por autocritica pública e sendo enviado ao interior. Sua reabilitação, em 1978, sinalizou uma mudança de direção dentro do Partido. Naquele mesmo ano, sua linha política prevaleceu sobre a de Hua Guofeng, sucessor formal de Mao, cuja proposta de manter integralmente o legado maoísta já não encontrava apoio suficiente.

O programa de Deng ficou conhecido como as Quatro Modernizações, voltadas à agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa. O objetivo era transformar a China em uma potência socialista desenvolvida. Na prática, isso significou uma abertura controlada à economia de mercado. Foram criadas zonas econômicas especiais em cidades como Shenzhen, o investimento estrangeiro passou a ser incentivado, os exames universitários foram retomados e quadros expurgados foram reabilitados.

Ao mesmo tempo, surgiram demandas que iam além do que o Partido pretendia permitir. Em Pequim, o chamado Muro da Democracia reuniu críticas ao regime e pedidos de reformas políticas, incluindo propostas de democratização. Deng tolerou o movimento por um período curto antes de reprimi-lo, deixando claro que a abertura teria limites estritamente econômicos.

Os ganhos e contradições da década de 1980

As reformas produziram crescimento acelerado ao longo dos anos 1980, mas também geraram tensões que o sistema político não conseguia absorver. A China avançou no comércio internacional, passando da 32ª para a 13ª posição entre exportadores. Cidades costeiras

cresceram rapidamente, e o padrão de vida de parte da população urbana melhorou de forma visível.

Esse crescimento foi desigual. As reformas criaram oportunidades concentradas, frequentemente acessíveis a quem tinha conexões dentro do Partido. A corrupção aumentou em um contexto em que autoridades mantinham controle sobre setores econômicos em expansão. Ao mesmo tempo, a inflação atingiu níveis elevados, chegando a cerca de 28% no final da década, reduzindo o poder de compra da população.

O descontentamento não era apenas econômico, mas também político. Havia a percepção de que o sistema favorecia determinados grupos. Paralelamente, o ambiente acadêmico se tornou mais aberto ao debate. Estudantes e professores com acesso a ideias externas passaram a questionar aspectos do sistema.

Em 1986, o físico Fang Lizhi defendeu publicamente a democratização e foi criticado pelo Partido. Estudantes protestaram em Hefei, e as manifestações se espalharam para outras cidades. O episódio evidenciou um descompasso crescente entre sociedade e Partido, que voltaria a aparecer de forma mais intensa em 1989.

Hu Yaobang, sua queda e seu legado simbólico

Hu Yaobang representa uma das principais tensões internas do período. Aliado de Deng Xiaoping desde os anos 1930, defendia reformas dentro do Partido, com foco não apenas na economia, mas também em maior transparência e revisão dos erros do período maoísta.

Como Secretário-Geral a partir de 1980, liderou a substituição de quadros mais antigos por uma geração mais jovem e mais qualificada e contribuiu para reduzir o culto à personalidade de Mao. Seu estilo político era mais acessível que o padrão do Partido, mantendo diálogo com estudantes e intelectuais.

Essa postura gerou resistência interna. Durante os protestos de 1986, Hu evitou uma repressão mais dura, o que foi interpretado como fraqueza pelos setores conservadores. Além disso, suas posições sobre redução de gastos militares e combate à corrupção afetaram interesses dentro do Partido. Em janeiro de 1987, foi forçado a renunciar sob acusações vagas. Outros aliados também foram afastados.

A morte de Hu, em 15 de abril de 1989, teve impacto imediato. Para estudantes e intelectuais, ele representava uma possibilidade de reforma interna que havia sido interrompida. Seu falecimento ocorreu em um contexto de insatisfação com inflação, corrupção e limites das reformas políticas.

No dia do funeral, em 22 de abril, mais de 100.000 pessoas se reuniram na Praça Tiananmen. O que começou como homenagem rapidamente se transformou em manifestação política. Ao tentar encerrar sua trajetória de forma discreta, o Partido contribuiu para transformá-lo em símbolo.

O contexto internacional de 1989

A crise de Tiananmen ocorreu em um momento de mudanças no mundo socialista. Esses processos influenciaram tanto os manifestantes quanto a liderança do PCCh.

Na União Soviética, Mikhail Gorbachev havia iniciado a glasnost, voltada para maior abertura no debate público, e a perestroika, que buscava reformar a economia e o sistema político. Essas mudanças levantavam uma questão central: até que ponto reformas poderiam ser conduzidas sem comprometer o controle do regime?

Na Europa Oriental, governos comunistas começaram a negociar transições com a oposição. Ao mesmo tempo, a União Soviética sinalizava que não interviria militarmente para sustentar esses regimes.

Para estudantes chineses, isso indicava que mudanças eram possíveis. Para a liderança do PCCh, reforçava o risco de perda de controle político.

A visita de Gorbachev a Pequim, em maio de 1989, coincidiu com o auge das manifestações. Em 17 de maio, cerca de um milhão de pessoas participaram de protestos na capital. A presença de jornalistas estrangeiros ampliou a visibilidade do movimento, e a cerimônia oficial precisou ser transferida para o aeroporto. A crise passou, então, a ser acompanhada internacionalmente em tempo real.

A Estrutura da Crise de Tiananmen

O luto que se converte em mobilização política

A morte de Hu Yaobang não foi inicialmente tratada como ameaça pelo PCCh. Ele já havia sido afastado, e o Partido tinha experiência em controlar a memória de figuras políticas. O que não foi previsto foi a reação de estudantes e intelectuais, que viam em Hu uma referência de reforma dentro do sistema.

Nos dias seguintes, estudantes começaram a se reunir em universidades de Pequim. As manifestações rapidamente se expandiram para as ruas e para outras cidades. As homenagens passaram a incluir demandas por diálogo, transparência e revisão do legado de Hu.

No dia 22 de abril, mais de 100.000 estudantes estavam reunidos na Praça Tiananmen. Representantes tentaram entregar uma petição ao Premier Li Peng, que se recusou a recebê-los. A recusa contribuiu para ampliar o movimento, incluindo boicotes às universidades.



A ampliação do movimento para além do campus

Inicialmente restrito aos estudantes, o movimento passou a incluir outros grupos ao longo de abril e maio. Trabalhadores urbanos aderiram em número crescente, trazendo demandas ligadas à inflação, desemprego e corrupção.

A greve de fome na praça ampliou a mobilização. Em 17 de maio, cerca de um milhão de pessoas participaram de protestos em Pequim, incluindo trabalhadores, funcionários públicos e jornalistas.

Esse crescimento alterou a percepção dentro do Partido. O movimento deixou de ser visto como uma questão estudantil e passou a ser interpretado como um desafio mais amplo à autoridade do PCCh.

A centralidade de Pequim e o peso da visibilidade nacional e internacional

A Praça Tiananmen tem forte valor simbólico para o regime. Foi ali que Mao Tsé-Tung proclamou a fundação da República Popular da China em 1949, e ao longo das décadas o espaço foi consolidado como o principal palco de demonstração de autoridade política do Partido. Grandes cerimônias, desfiles e eventos oficiais são realizados ali, reforçando a imagem de unidade e controle estatal. Por isso, sua ocupação por manifestantes representava mais do que um protesto: era um desafio direto à legitimidade construída pelo PCCh.

Com o tempo, Pequim passou a atrair manifestantes de diferentes regiões. Isso dificultou a caracterização do movimento como isolado. O editorial de 26 de abril, que classificou os protestos como “perturbação”, intensificou a mobilização. Estudantes passaram a exigir sua retirada, e o texto se tornou um dos principais pontos de impasse. A presença da imprensa internacional ampliou a visibilidade da crise e aumentou o custo político de qualquer resposta.

O dilema da liderança

A crise expôs divisões relevantes dentro do PCCh. O problema central não era apenas como responder aos protestos, mas a ausência de consenso entre as principais lideranças.

- Zhao Ziyang, então Secretário-Geral, defendia a abertura de diálogo com os estudantes e reconhecia que o movimento refletia insatisfações acumuladas ao longo da década. Para ele, uma resposta conciliatória poderia reduzir a mobilização e preservar a credibilidade do Partido.
- Li Peng, Premier, defendia uma linha mais dura. Na sua leitura, os protestos representavam uma ameaça direta à autoridade do PCCh, e ceder às pressões poderia abrir precedentes para novas mobilizações.
- Deng Xiaoping, embora sem cargo formal equivalente naquele momento, mantinha a maior autoridade real dentro do sistema. Sua decisão seria determinante para o rumo da crise.

Em 19 de maio, Zhao Ziyang visitou a Praça Tiananmen e falou diretamente com os estudantes em greve de fome. O gesto indicava sua posição favorável ao diálogo, mas também marcou seu isolamento político. Nos dias seguintes, a lei marcial foi declarada, Zhao foi afastado e perdeu influência dentro do Partido.

A partir desse ponto, a liderança passou a se alinhar com a posição de resposta mais rígida, reduzindo o espaço para negociação.

A abertura econômica sem liberalização política correspondente

O paradoxo fundamental que antecede a crise de 1989 reside na dissociação deliberada entre modernização econômica e reforma política. Desde o lançamento da política de 'Reforma e Abertura' (改革开放, Gǎigé Kāifàng) por Deng Xiaoping após o Terceiro Plenário do 11.º Comitê Central, em dezembro de 1978, a China experimentou uma transformação econômica sem precedentes: a descentralização agrária, a criação das Zonas Econômicas Especiais, a abertura ao capital estrangeiro e a gradual introdução de mecanismos de mercado no interior de uma economia ainda formalmente socialista haviam gerado taxas de crescimento expressivas e elevado o padrão de vida de amplas camadas da população.

Contudo, essa abertura econômica não foi acompanhada por qualquer liberalização política equivalente. Ao contrário: à medida que a economia se tornava mais complexa, o aparato político permanecia rigidamente organizado em torno do monopólio do Partido. Como observa o

cientista político Zheng Wang, após o movimento estudantil, o PCC tomou uma 'decisão de 1989' que consistia em radicalizar as reformas econômicas enquanto enrijecia o controle político, separando deliberadamente as duas dimensões que reformistas como Zhao Ziyang e Hu Yaobang defendiam que deveriam caminhar juntas.

"For economic reform, they went to the extreme 'liberal' and radical; for political reform, they went to the extreme 'conservative' and rigid. This is the '1989 choice.'" — Zheng Wang, Wilson Center, 2014.

O historiador Barry Naughton, em análise seminal sobre a economia chinesa antes e depois de 1989, argumenta que, antes do massacre, os líderes reformistas estavam dispostos a subordinar outros interesses nacionais à busca de um modelo econômico viável. Após Tiananmen, esse projeto foi substituído pela lógica do fortalecimento do poder partidário. A consequência foi um regime pós-1989 que aprofundou a marginalização de instituições independentes e cooptou tecnocratas para uma estrutura de poder progressivamente insulada.

No plano das expectativas populares, o problema era ainda mais agudo: uma década de abertura econômica havia exposto amplos setores urbanos, estudantes, intelectuais, jornalistas e trabalhadores, a padrões de vida externos, a ideias de direitos individuais e participação política e a uma comparação desfavorável entre a transparência que viam no mundo ocidental e a opacidade do sistema doméstico. A abertura criou um horizonte de expectativas que o Partido não estava disposto a satisfazer politicamente.

A inflação e o mal-estar urbano

Entre os fatores imediatos e materiais da crise, a inflação ocupa lugar central. O processo de liberalização parcial de preços, iniciado a partir de meados dos anos 1980, havia gerado pressões inflacionárias intensas que corroíam o poder de compra das populações urbanas. O verão de 1988 assistiu a episódios de pânico nos mercados, corridas às compras e filas em supermercados, em reação à antecipação de novos aumentos de preços decorrentes da liberalização ainda mais ampla que o governo anunciara.

De acordo com fontes historiográficas, a inflação nos preços de alimentos chegou a 40-50% ao ano no período imediatamente anterior a 1989. Esse cenário atingiu desproporcionalmente a população urbana de renda fixa, especialmente trabalhadores de empresas estatais, professores

e servidores, cujos salários nominais não acompanhavam a escalada de preços. O 'tigão' econômico dos anos Deng produzia riqueza para alguns, mas também instabilidade para muitos.

A paralisia econômica de fins de 1988 e início de 1989, marcada pela retração do consumo, pela reinstituição de cartilhas de racionamento de alimentos em algumas cidades e pela desaceleração do crescimento, agravou ainda mais o mal-estar. Para os estudantes universitários, a perspectiva de um mercado de trabalho em contração e de um sistema burocrático ineficiente que distribuía empregos de forma clientelista tornava o futuro sombrio. A Wikipedia, referenciando fontes primárias, aponta que entre as demandas centrais dos manifestantes estava a preocupação com a instabilidade econômica e a erosão do chamado 'tigela de arroz de ferro' (tiě fànwǎn), o sistema de emprego vitalício nas empresas estatais que estava sendo gradualmente desmantelado pelas reformas.

Corrupção, nepotismo e ressentimento contra privilégios partidários

A corrupção foi talvez o tema mais transversal e unificador de toda a mobilização de 1989, capaz de articular estudantes, trabalhadores e até setores do próprio Partido em torno de um diagnóstico comum. A abertura econômica havia criado oportunidades sem precedentes de enriquecimento ilícito para funcionários que controlavam concessões, licenças e o acesso a bens em escassez. O fenômeno do 'guandao', a especulação por parte de funcionários do governo usando sua posição para arbitrar entre os preços controlados e os preços de mercado, era amplamente visível e imensamente ressentido.

Particularmente explosiva era a percepção de que os filhos e parentes de altos dirigentes do Partido (os chamados 'taizi dang', ou 'príncipes do Partido') usufruíam de privilégios inacessíveis ao cidadão comum: acesso a empregos lucrativos, contratos governamentais, importações favorecidas e isenções às regras que o restante da população deveria obedecer. A demanda dos estudantes por que o governo tornasse públicos os salários e patrimônios de seus dirigentes era uma resposta direta e politicamente carregada a esse ressentimento.

A fonte do CNCR (Nonviolent Conflict Research) documenta que uma das principais demandas apresentadas já nos primeiros dias dos protestos era a publicação dos rendimentos de funcionários do governo, uma forma de accountability que o sistema político não comportava. A sensação de que o Partido havia se transformado em um clube privilegiado para o

enriquecimento de seus membros enquanto exigia sacrifícios do povo minou profundamente sua legitimidade junto à população urbana educada.

O papel das universidades e da intelectualidade urbana

O movimento de 1989 teve nas universidades sua incubadora institucional e nos intelectuais seus principais articuladores discursivos. A China dos anos 1980 viveu um período de relativa efervescência intelectual sem precedentes desde a Revolução Cultural, um florescimento de discussões sobre humanismo, alienação, democracia e reforma que percorreu campi universitários, publicações acadêmicas e debates públicos.

Figuras como o astrofísico Fang Lizhi, que retornou de uma posição em Princeton em 1986 e passou a percorrer universidades chinesas defendendo liberdade, direitos humanos e separação de poderes, exerceram influência formativa sobre uma geração de estudantes. 'Salões da Democracia' e grupos de estudo começaram a proliferar nos campi de Pequim, funcionando como espaços de socialização política.

Os intelectuais, cuja reabilitação simbólica Deng havia promovido ao elevar seu status após o baixo prestígio da Revolução Cultural, sentiam-se simultaneamente valorizados como 'parte integrante da construção socialista' e frustrados pela limitação política que os impedia de levar suas reflexões ao campo da mudança institucional. Cartas abertas ao Comitê Central, petições assinadas por dezenas de pesquisadores e artigos em publicações de massa tornaram a intelectualidade um ator político significativo nos meses que antecederam os protestos.

A morte de Hu Yaobang, que havia sido forçado a renunciar em 1987 justamente por não ter sido duro o suficiente com os estudantes, funcionou como um gatilho simbólico que condensou todas essas frustrações. Ao colocarem coroas de flores e cartazes na Praça Tiananmen para homenagear Hu, os estudantes afirmavam, ao mesmo tempo, um luto por um reformista e uma crítica ao sistema que o derrubara.

A divisão interna na liderança

A crise de 1989 não pode ser compreendida sem considerar as profundas divisões que atravessavam o topo da liderança chinesa. O PCC dos anos 1980 não era um bloco monolítico: ele era o palco de uma disputa contínua entre reformistas, identificados com Zhao Ziyang e, antes

dele, com Hu Yaobang, e conservadores, cujo polo mais importante era Chen Yun, que defendia uma economia 'planejada com características de mercado' e manifestava permanente ceticismo em relação ao ritmo e à extensão das reformas.

Em 1989, no momento em que os protestos irromperam, a correlação de forças no interior do Partido estava em movimento. Zhao Ziyang, como Secretário-Geral, representava a ala que defendia diálogo com os estudantes e reconhecia a legitimidade de parte de suas demandas. Li Peng, como Primeiro-Ministro, e Yao Yilin, como Vice-Premier, representavam a ala favorável ao endurecimento. E Deng Xiaoping, que não ocupava nenhum dos cargos formais máximos do Partido ou do Estado, mas detinha a autoridade última por meio de sua posição na Comissão Militar Central e de seu papel como 'líder supremo' informal, seria o árbitro final.

A divisão dentro do Comitê Permanente do Politburo foi dramaticamente evidenciada na reunião do dia 17 de maio na residência de Deng: Zhao Ziyang e Hu Qili se opuseram à lei marcial; Li Peng e Yao Yilin a apoiaram firmemente; Qiao Shi permaneceu deliberadamente neutro. Deng, ao se pronunciar a favor da lei marcial, selou o destino de Zhao, que anunciou que não poderia levar adiante uma medida com a qual discordava, e de toda a linha reformista do Partido.

"The key moment in Zhao's narrative is a meeting held at Deng Xiaoping's home on May 17, 1989... Deng had the last word with his fateful decision to impose martial law." — Factsanddetails.com, citando Adi Ignatius e a documentação primária de Zhao Ziyang.

A divisão interna não era apenas sobre como responder à crise imediata, mas sobre a visão de longo prazo para a China: uma sociedade capaz de abrigar algum grau de pluralismo político dentro do marco do socialismo, como Zhao parecia acreditar, ou um Estado de partido único que aceitaria qualquer custo para manter sua autoridade inquestionável, como a posição que prevaleceu.

Subproblemáticas Centrais do Debate

O comitê Comitê Central do PCC (1989) é estruturado em torno de um conjunto de subproblemáticas interconectadas que os delegados precisam compreender em profundidade para debater com rigor. Cada subproblemática representa não apenas um dilema intelectual abstrato, mas uma escolha política com consequências históricas concretas, e é exatamente esse peso que os delegados são chamados a carregar ao assumirem seus personagens.

O limite entre concessão tática e perda de autoridade política

Uma das tensões mais agudas que percorre todo o debate de 1989 é a questão de onde termina a negociação legítima e onde começa a erosão irreversível da autoridade do Partido. Quando o governo considera retratar o editorial do People's Daily de 26 de abril, que havia qualificado o movimento estudantil como 'tumulto' (dòngluàn), enfrenta um dilema estratégico de primeira grandeza: retratá-lo poderia ser lido pelos manifestantes como um sinal de fraqueza e estimular novas exigências; mantê-lo tornava impossível qualquer diálogo credível.

Os reformistas ao redor de Zhao Ziyang argumentavam que concessões táticas, reconhecer a legitimidade patriótica do movimento, admitir a gravidade da corrupção, iniciar um diálogo formal, não apenas eram viáveis como eram necessárias para evitar uma escalada perigosa. Os conservadores respondiam que qualquer recuo seria interpretado como capitulação e que a lógica de movimentos desta natureza era a radicalização progressiva, não a satisfação e o recuo.

Este dilema tem paralelos históricos no debate sobre o que Linz chamou de 'dilema da abertura' em regimes autoritários: a iniciativa reformista pode liberar forças que o regime já não consegue controlar, mas a negação de qualquer reforma alimenta a radicalização da oposição. A pergunta que os delegados precisam enfrentar é: há um caminho de meio-termo genuinamente viável em 1989, ou a crise já havia chegado a um ponto em que qualquer escolha tinha custos imensos?

A definição oficial do movimento: protesto legítimo, distúrbio político ou ameaça contrarrevolucionária?

A nomeação pública do movimento estudantil foi, em si mesma, um ato de poder com consequências políticas imediatas. O editorial de 26 de abril, publicado no People's Daily sob instruções de Deng Xiaoping, utilizou o termo 'tumulto' para descrever os protestos, uma

linguagem com forte ressonância maoísta que associava o movimento à desordem e à conspiração contra-revolucionária. Essa definição irritou profundamente os estudantes, que se viam como patriotas preocupados com o futuro do país, e transformou a retratação do editorial em uma das demandas inegociáveis do movimento.

Ao contrário, Zhao Ziyang, em seu discurso ao Banco Asiático de Desenvolvimento em 4 de maio, descreveu o movimento de forma implicitamente mais benigna, reconhecendo que os estudantes agiam por 'amor à pátria'. Essa divergência pública entre o Secretário-Geral e a linha dura foi interpretada por Li Peng e Deng como uma exposição das fraturas internas do Partido, um pecado político em si mesmo, independentemente do conteúdo substantivo da declaração.

Para os delegados, a questão é: qual definição do movimento serve melhor aos interesses do Partido a longo prazo? Nomear o movimento como 'tumulto' legitima a repressão, mas aliena a intelligentsia e os jovens urbanos que poderiam ser aliados do regime. Reconhecê-lo como protesto legítimo abre espaço para negociação, mas pode sinalizar fraqueza e estimular movimentos similares no futuro. A escolha de nomenclatura é, ao mesmo tempo, uma decisão política e uma operação de poder simbólico.

A disputa entre negociação, contenção e repressão

O debate interno sobre como responder aos protestos estruturou-se em torno de três grandes posições. A primeira defendia a negociação direta e significativa com os líderes estudantis, reconhecendo suas demandas de diálogo, comprometendo-se com investigações sobre corrupção e, potencialmente, reformando os procedimentos de transparência governamental. Esta posição era associada a Zhao Ziyang, Yan Mingfu (Chefe do Departamento de Trabalho da Frente Unida) e figuras como Hu Qili.

A segunda posição advogava a favor da contenção, manter o movimento isolado, evitar que se expandisse para trabalhadores e outras cidades, aguardar seu esgotamento natural sem atender suas demandas mas tampouco utilizando força bruta. Essa posição era, em certa medida, a de Qiao Shi, que se recusou a tomar partido claramente no voto de 17 de maio.

A terceira posição, que acabou prevalecendo, era a repressão via lei marcial e intervenção militar. Li Peng e Yao Yilin defenderam-na com base no argumento de que a crise havia chegado a um ponto de inflexão em que qualquer sinalização de fraqueza seria fatal para a autoridade do

regime. Deng Xiaoping, em sua intervenção decisiva, afirmou que 'não havia mais como recuar sem que a situação saísse do controle', uma lógica de comprometimento irreversível que fechou as portas para as outras opções.

Os delegados precisam situar seus personagens dentro deste espectro e argumentar, com base nas informações disponíveis no contexto de maio de 1989, qual estratégia seria mais eficaz, e a que custo.

O papel da imprensa e da circulação de informação

A crise de 1989 coincidiu com um momento incomum de abertura relativa da imprensa chinesa. Sob o incentivo de Zhao Ziyang, que havia dito aos reguladores que afrouxar os controles sobre a imprensa 'tornaria as coisas melhores', os jornais estatais estavam reportando com crescente franqueza sobre a corrupção e a insatisfação pública. A chegada de mais de mil jornalistas internacionais a Pequim para cobrir a visita de Gorbachev criou uma situação sem precedentes: as câmeras do mundo inteiro estavam focadas na praça quando os protestos atingiram seu ápice.

A imprensa doméstica viveu um momento de ambiguidade: alguns jornais publicaram cobertura relativamente simpática ao movimento; os jornalistas do People's Daily chegaram a marchar pela praça com cartazes pedindo liberdade de imprensa. A lei marcial foi acompanhada por um controle mais rígido da narrativa, mas até esse ponto, a circulação de informações havia dado ao movimento uma dimensão que o Partido achava difícil de conter.

A questão da imprensa tem duas dimensões para o comitê: a dimensão doméstica (como controlar a narrativa interna, evitar que notícias desfavoráveis se espalhassem) e a dimensão internacional (como a cobertura global afeta o cálculo político e as relações externas da China). Tanto a estratégia de negociação como a de repressão têm implicações distintas para cada uma dessas dimensões.

O impacto da crise sobre a unidade interna do Partido

Um princípio fundamental da política leninista é que a unidade interna do Partido não é apenas um valor organizacional, mas uma condição de existência do regime. A crise de 1989 produziu a mais grave fratura pública na liderança do PCC desde a Revolução Cultural: o Secretário-Geral Zhao Ziyang opôs-se abertamente à decisão de seu líder supremo, foi afastado do poder e passou

o restante de sua vida em prisão domiciliar. Mais de trinta ministros ligados a Zhao foram demitidos; seu nome foi apagado de fotografias e livros didáticos.

Para os delegados, a questão da unidade interna não é apenas descritiva, é normativa. Manter a aparência de unanimidade é um imperativo político de primeira ordem, pois qualquer sinal de divisão é interpretado pelos manifestantes como uma janela de oportunidade. A exposição das divisões internas foi exatamente a acusação que Deng fez a Zhao após seu discurso de 4 de maio. Em um regime onde a autoridade deriva em grande medida da percepção de solidez e coesão, a divisão visível é, em si mesma, uma forma de enfraquecimento.

Ao mesmo tempo, forçar uma unanimidade artificial em torno de uma linha dura pode precipitar precisamente os resultados que se pretende evitar. Os delegados que representam posições moderadas terão que calcular o custo de expressar seu dissenso, e se há formas de fazê-lo que não sejam interpretadas como traição ao Partido.

A posição do Exército de Libertação Popular

A questão do papel do ELP é uma das mais sensíveis e complexas do comitê. Até a crise de 1989, a utilização do exército contra a população civil era algo sem precedentes na era de Deng. O ELP havia sido construído como 'exército do povo', sua imagem pública dependia da percepção de que protegia os cidadãos, não que os reprimia. Usar tanques e tropas armadas contra estudantes e civis desarmados significava cruzar um limiar simbólico e institucional da maior gravidade.

A mobilização militar para a lei marcial não foi isenta de tensões internas. Xu Qinxian, comandante do 38.º Grupo de Exército, uma das unidades mobilizadas, recusou-se a acatar a ordem de marchar contra os manifestantes, alegando doença, e foi posteriormente submetido a conselho de guerra. Seu caso ilustra que nem todos os comandantes militares estavam dispostos a obedecer sem hesitação. Por outro lado, Yang Shangkun e Yang Baibing, presidente da República e diretor do Departamento Político Geral do ELP, respectivamente, foram fundamentais para garantir a obediência da estrutura militar à decisão de Deng.

Para os delegados que representam figuras militares, a questão central é: qual é a lealdade primária do ELP, ao Partido, ao Estado, à nação ou à Constituição? E o que acontece quando esses diferentes objetos de lealdade entram em conflito? O artigo da Jamestown Foundation sobre o Tiananmen observa que havia 'desacordos civis-militares nos mais altos níveis tanto do

Partido quanto do exército', uma realidade que os delegados militares precisam navegar com cuidado.

A relação entre estabilidade doméstica e imagem internacional

A China de 1989 não era um país isolado: ela havia avançado rapidamente na integração à economia global, recebia investimentos estrangeiros significativos e buscava reconhecimento como potência responsável no sistema internacional. A visita de Gorbachev a Pequim em meados de maio, a primeira visita de um líder soviético em três décadas, planejada como um ato simbólico de normalização das relações sino-soviéticas, havia atraído atenção global para a China exatamente no momento em que a crise atingia seu ápice.

Os reformistas argumentavam que a repressão violenta teria um custo internacional elevado: sanções ocidentais, deterioração das relações diplomáticas e restrições ao acesso ao capital e à tecnologia que a China precisava para continuar se modernizando. O Ministério das Relações Exteriores, liderado por Qian Qichen, e reformistas como Li Ruihuan de Tianjin eram sensíveis a esses argumentos.

Os conservadores respondiam que a estabilidade doméstica era a pré-condição de qualquer relação externa: um regime enfraquecido internamente não teria condições de projetar poder externamente, e as potências ocidentais, independentemente de suas declarações, tinham interesse em uma China estável. A análise pós-Tiananmen confirmou, em certa medida, essa leitura: Richard Nixon argumentou publicamente que a estabilidade da China era essencial para o equilíbrio de poder na Ásia, e os EUA, sob George H. W. Bush, optaram por pragmatismo estratégico e mantiveram laços bilaterais apesar das sanções formais.

O futuro da reforma após a crise

Qualquer decisão que o Comitê Central tome em relação à crise de 1989 terá implicações de longo alcance sobre a trajetória futura das reformas chinesas. Se a repressão prevalecer, ela encerrará o debate sobre a reforma política e consolidará a interpretação conservadora de que abertura política é sinônimo de instabilidade. Se uma linha negociada prevalecer, ela abrirá a possibilidade, mas não a certeza, de uma China que gradualmente desenvolve instituições de maior prestação de contas.

O historiador Barry Naughton argumenta que Tiananmen 'acabou alterando permanentemente a trajetória da reforma chinesa'. Em vez de uma reforma que equilibrava abertura econômica e accountability institucional, o pós-1989 produziu um regime capaz de mobilizar recursos para o desenvolvimento, mas cada vez mais insulado de qualquer controle externo. A pergunta para o comitê é: há um caminho que preserve a capacidade de reforma econômica sem acender a chama da instabilidade política?

A mobilização de trabalhadores e outros setores urbanos

Um aspecto frequentemente negligenciado nos relatos convencionais da crise de 1989 é a extensão em que o movimento estudantil foi ampliado e transformado pela adesão de trabalhadores e outros setores urbanos. Até meados de maio, quando a greve de fome estudantil e a iminência da lei marcial mobilizaram a simpatia popular, o movimento havia permanecido relativamente confinado a estudantes universitários e intelectuais.

Com a declaração de lei marcial em 20 de maio e a tentativa inicial das tropas de avançar para Pequim, bloqueada por massas de cidadãos que cercaram os veículos militares, ficou claro que o descontentamento se estendia bem além dos campi. Trabalhadores de empresas estatais, funcionários públicos, jornalistas e cidadãos comuns saíram às ruas. Organizações independentes de trabalhadores, como a Federação Autônoma dos Trabalhadores de Pequim (Běijīng Gōngrén Zìzhì Liánhéhuì), foram criadas durante o movimento.

Essa ampliação foi, para a liderança do Partido, um sinal de alarme ainda maior do que o movimento estudantil isolado: trabalhadores organizados, com acesso ao 'poder de greve', representavam uma ameaça de um tipo completamente diferente. A memória da Solidarność polonesa, que havia combinado trabalhadores e intelectuais para desestabilizar um regime socialista, estava viva na liderança do PCC. Para os conservadores, isso tornava a repressão ainda mais urgente.

O perigo de fragmentação nacional e colapso de autoridade central

Uma das preocupações mais profundas da liderança conservadora em 1989, e que encontrava eco em Deng Xiaoping, era o risco de que a crise em Pequim se transformasse em um processo de desintegração da autoridade central com ramificações imprevisíveis para a unidade nacional.

A China de finais dos anos 1980 não estava imune às tensões centrífugas que afligiam outros Estados socialistas: os protestos não se restringiam a Pequim, mas haviam se espalhado para Shanghai, Chengdu, Guangzhou, Nanjing e dezenas de outras cidades.

O exemplo da URSS sob Gorbachev era um espectro que pairava sobre as deliberações do Partido: as reformas políticas soviéticas ('glasnost' e 'perestroika') estavam produzindo precisamente o tipo de fragmentação e perda de controle que a liderança chinesa mais temia. A ironia, e a ambivalência, da visita de Gorbachev a Pequim exatamente no auge dos protestos não passou despercebida: o líder soviético era simultaneamente um símbolo de abertura e uma advertência sobre seus riscos.

Para os conservadores, portanto, a crise de 1989 não era apenas sobre estudantes na praça, era sobre a capacidade do Estado-Partido de manter a coesão nacional em um momento de transformação acelerada. A opção pela repressão era, nessa perspectiva, não apenas a preservação do poder do Partido, mas a salvaguarda da própria integridade do Estado chinês.

Procedimentos do Comitê

O Comitê Central do PCC (1989) é um comitê de crise de caráter histórico, o que impõe tanto liberdades criativas quanto obrigações de fidelidade contextual aos delegados. As regras procedimentais a seguir visam equilibrar a fluidez do debate com a necessidade de ancoragem histórica, garantindo que as decisões tomadas no interior do comitê tenham o peso e a gravidade que o momento exige.

Natureza do comitê

O comitê simula uma reunião extraordinária e ampliada do Comitê Central do Partido Comunista Chinês, com a participação de membros do Comitê Permanente do Politburo, do Politburo pleno, da Comissão Consultiva Central, da Comissão Militar Central e de altos funcionários do Estado e do governo. Não se trata de uma reunião rotineira: o contexto é de crise aberta, com protestos em escala nacional, lei marcial iminente ou recém-declarada e uma divisão interna de consequências históricas.

Os delegados não representam países, mas personagens históricos com trajetórias, interesses, lealdades e visões de mundo específicas. A fidelidade ao personagem é um critério central de avaliação, mas dentro do espaço de plausibilidade histórica, há liberdade criativa para desenvolver argumentos e estratégias que o personagem real poderia ter utilizado, mesmo que não tenha efetivamente utilizado.

Dinâmica geral do debate

As modalidades de debate disponíveis incluem:

- Lista de Oradores (Lista Geral): modalidade de fala livre, em que os delegados se inscrevem para discursos de tempo predeterminado sobre qualquer aspecto relevante ao comitê. É a modalidade padrão quando o comitê não está em debate moderado.
- Discurso Moderado: iniciado por moção aprovada, é conduzido com tema específico definido previamente. A mesa modera o tempo e a ordem das falas. Adequado para o debate focado em uma subproblemática específica.

- Discurso Não Moderado: tempo livre sem moderação da mesa, destinado a negociações informais, formação de blocos e elaboração de documentos. O tempo de duração é votado pelos delegados.

Diretivas, ordens e documentos internos

Existem alguns documentos que os delegados podem produzir para responder às crises levantadas durante as sessões sendo eles: *Ordem, Plano de Ação, Medida Provisória, Documentos de resolução de Crise, Carta de estado*. Iremos desenvolver um pouco mais sobre cada um deles:

Ordem: Uma Ordem é um comando direto, geralmente utilizado por personagens com autoridade, como os senhores. Pode ser usada para mover tropas, iniciar uma investigação, ordenar uma prisão ou qualquer ação que exija resposta imediata. Ela deve ser objetiva, plausível e coerente com o poder do personagem, normalmente elas são como se fossem emails ou cartas direcionados a algum destinatário que irá executar tal ordem.

Plano de Ação: Trata-se de um documento mais elaborado, que detalha uma estratégia complexa para lidar com uma crise. Diferente da ordem, que é pontual e direta, o Plano de Ação prevê uma sequência de eventos coordenados, o envolvimento de múltiplos atores ou sistemas, e pode conter desdobramentos a longo prazo. O mesmo pode ser escrito em formato normativo ou proza, entretanto deve conter: **AÇÃO, AGENTE, MEIO, FINALIDADE e DETALHAMENTO**. Por isso, é fundamental que esse documento seja preparado com antecedência. **Ele deverá ser enviado até o dia 22 de maio para o e-mail do comitê, indicado no Guia de Preparação do Delegado.**

Medida Provisória: O documento de medida provisória é um estabelecimento normativo emergencial no qual o comitê determina uma ação imediata a partir de uma dada situação. Neste documento existe um estabelecimento de ações práticas e em curto prazo, a fim de inibir, coagir, atacar magicamente/militarmente ou controlar determinada situação de maneira urgente, podendo ser feito e apresentado à mesa em qualquer momento ao longo das sessões. A medida provisória estabelece ações que vão ser tomadas pela nação apresentadora, grupo de países em consenso ou pelo comitê em consenso, portanto, não precisa de signatários ou patrocinadores, não terá discurso contra e nem será votada. Após algum tempo de apresentação a mesa irá informar o resultado da medida provisória.

Documento de Resolução de Crise: O Projeto de Resolução Crise é a junção das ações preventivas, propondo uma solução definitiva para a problemática da crise trazida, sendo necessário o uso de preâmbulos e cláusulas operativas nesse documento. Após a apresentação, deve ser realizado um discurso para apresentá-lo e defendê-lo com limite de tempo de 1 (um) minuto, após isso, a mesa diretora perguntará se o delegado está aberto para perguntas, caso sim, o espaço será aberto para 5 perguntas, os delegados que queiram fazê-las devem utilizar a função de “Raise Hand” e aguardar o reconhecimento da Mesa Diretora, o tempo para perguntas não é contabilizado e o delegado possui 1 (um) minuto para responder a cada pergunta.

Após o encerramento das perguntas, a Mesa Diretora irá abrir espaço para um discurso contra o que foi apresentado, o delegado que desejar fazê-lo deve utilizar a função supracitada e aguardar o reconhecimento da Mesa, após o devido reconhecimento, o referido delegado deve realizar um discurso de 1 (um) minuto posicionando-se contra o que foi apresentado, após isso, a mesa diretora perguntará se o delegado está aberto para perguntas, caso sim, o espaço será aberto para 5 perguntas, os delegados que queiram fazê-las devem levantar as suas placas e aguardarem o reconhecimento da Mesa Diretora, o tempo para perguntas não é contabilizado e o delegado possui 1 (um) minuto para responder a cada pergunta.

OBSERVAÇÃO: Um delegado pode, entretanto não se recomenda, recusar-se a responder as perguntas. O delegado que apresenta a resolução não é necessariamente o mesmo que profere o discurso ou responde às perguntas, entretanto, todos os delegados que irão se posicionar a favor do documento devem ser patrocinadores dele.

Carta de Estado: A carta é um tipo de texto utilizado entre as pessoas com o objetivo de corresponderem entre si, ela exerce um importante papel na comunicação entre indivíduos, Estados ou organizações internacionais. A Carta de Estado pode ser utilizada para pedir informações, dar instruções, solicitar relatórios etc. para membros do seu Estado de representação, para organizações, mídia ou população em geral. A Carta é comumente utilizada como um meio de obter direcionamentos para as ações dentro do comitê, mas também pode ser utilizada para estabelecer diretrizes para setores específicos do governo ou de outras organizações. O documento segue a formatação padrão de uma carta e é entregue à Mesa, sem necessidade de apresentação.

Modelos de documentos

Modelo de Plano de Ação

[Nome completo da representação]

[Cargo]

1º Parágrafo:

Nesse parágrafo, deve-se de forma objetiva apresentar como o cargo visualiza a conclusão da temática do comitê e o plano do mesmo para que o alcance. Qualquer tipo de estratégia será aceita e não obrigatoriamente precisa ser cumprida durante o comitê. A função do cargo deve ser levada em consideração, mas é compreensível se o objetivo for além da função principal que a foi designada.

2º Parágrafo:

Aqui, deve-se explicar detalhadamente como o plano será executado e as medidas necessárias para que ocorra. Por fim, recomendamos que também seja apresentado neste parágrafo os resultados do plano em questão.

[Assinatura]

[Nome completo da representação e cargo]

Modelo de Ordem

Nome da Ordem: Que os Jogos Comecem!

Patrocinador: Ted Mosby

Signatários: Barney Stinson, Marshall Eriksen e Lily Aldrin.

Para: Carl Barista, CEO do McGee's

Assunto: Expansão de Serviços e Eliminação da Concorrência

Meu grande amigo Carl,

Diariamente, tenho vindo ao seu Pub para construir memórias. Expressando meu interesse em expandir as minhas atuações na sociedade da empresa após a compra de 16% das ações, precisamos trabalhar em conjunto para lidar com a concorrência do "Central Perk Cafe" e, para isso, precisamos diversificar os nossos serviços. Assim, vou precisar que você adote as ações abaixo:

1 - Contate a fornecedora Brinquedos NET LTDA para realizar a compra de 350 jogos de tabuleiro, sendo 25% destinados para jogos de carta, 50% para jogos de interação social e 25% para jogos de tabuleiro convencionais. Utilize o capital acumulado das últimas 6 semanas para financiar essa iniciativa.

2 - Coloque os jogos a disposição dos clientes no Pub, cobrando aluguel por hora de cada jogo e pautando o preço a ser cobrado com base em 5% do valor do jogo, significando que o investimento será recuperado com após 20 horas alugadas por cada jogo.

3 - Entre em contato com o nosso amigo Julius Hocck no The New York Times e peça para ele publicar a notícia de que o McGee's implementou uma iniciativa de entretenimento onde o público do empreendimento pode, enquanto continua acessando as suas comidas e bebidas favoritas, confabular e confraternizar enquanto se engaja em jogos de tabuleiro, atraindo o público de um nicho com tendências geek específicas.

Prazo: Tome essa ação imediatamente.

Objetivo: Adotando essas ações, podemos diversificar as atividades do McGee's, maximizar o nosso público e alcançar um acréscimo de receita de 35% nas próximas 8 semanas.

Atenciosamente,

Ted Mosby.



Modelo de Proposta de Resolução

Proposta de Resolução

NOME COMPLETO DO COMITÊ

____ de novembro de 1986

Proposta de Resolução de Crise para [COMITÊ]

Título da Resolução

TEMA

Cooperando para instaurar a paz duradoura em Hawkins;

Reafirmando o compromisso com a vida dos cidadãos da cidade;

Assegurando o cumprimento de suas disposições e promoção do bem estar da sociedade;

A/O [Comitê]:

1. [Tópico operativo]

1.1. [Especificação]

1.2. [Especificação]

2. [Tópico operativo]

2.1. [Especificação]

2.2. [Especificação]

2.3. [Especificação]

[Tópico operativo]

3.1. [Especificação]

3.2. [Especificação]

Patrocinadores:

Signatários



Modelo de Carta de Estado

CARTA DE ESTADO

Remetente:

Destinatário:

Local:

Data:

Assunto:

[Pronome de tratamento, nome completo, cargo]

Conteúdo

Atenciosamente,

[Nome completo e delegação]

Atualizações de crise

Este comitê funcionará de forma dinâmica e responsiva. Isso significa que as decisões tomadas pelos participantes não ficarão restritas ao debate: elas produzirão consequências diretas no andamento da simulação e poderão gerar novas crises ao longo da sessão.

Essas atualizações poderão aparecer em diferentes formatos, como notícias de última hora, comunicados oficiais, intervenções externas, mensagens inesperadas, evidências recém-descobertas, enigmas, documentos sigilosos ou acontecimentos emergenciais. Cada nova informação deverá ser analisada estrategicamente pelos delegados, pois poderá alterar prioridades, revelar ameaças ocultas, expor falhas nas decisões anteriores ou abrir novos caminhos de ação.

Por isso, os participantes devem estar atentos ao desenvolvimento contínuo da crise. Mais do que reagir a um cenário fixo, o comitê exigirá capacidade de adaptação, leitura rápida dos acontecimentos, articulação política e tomada de decisão sob pressão.

Temporalidade e congelamento histórico

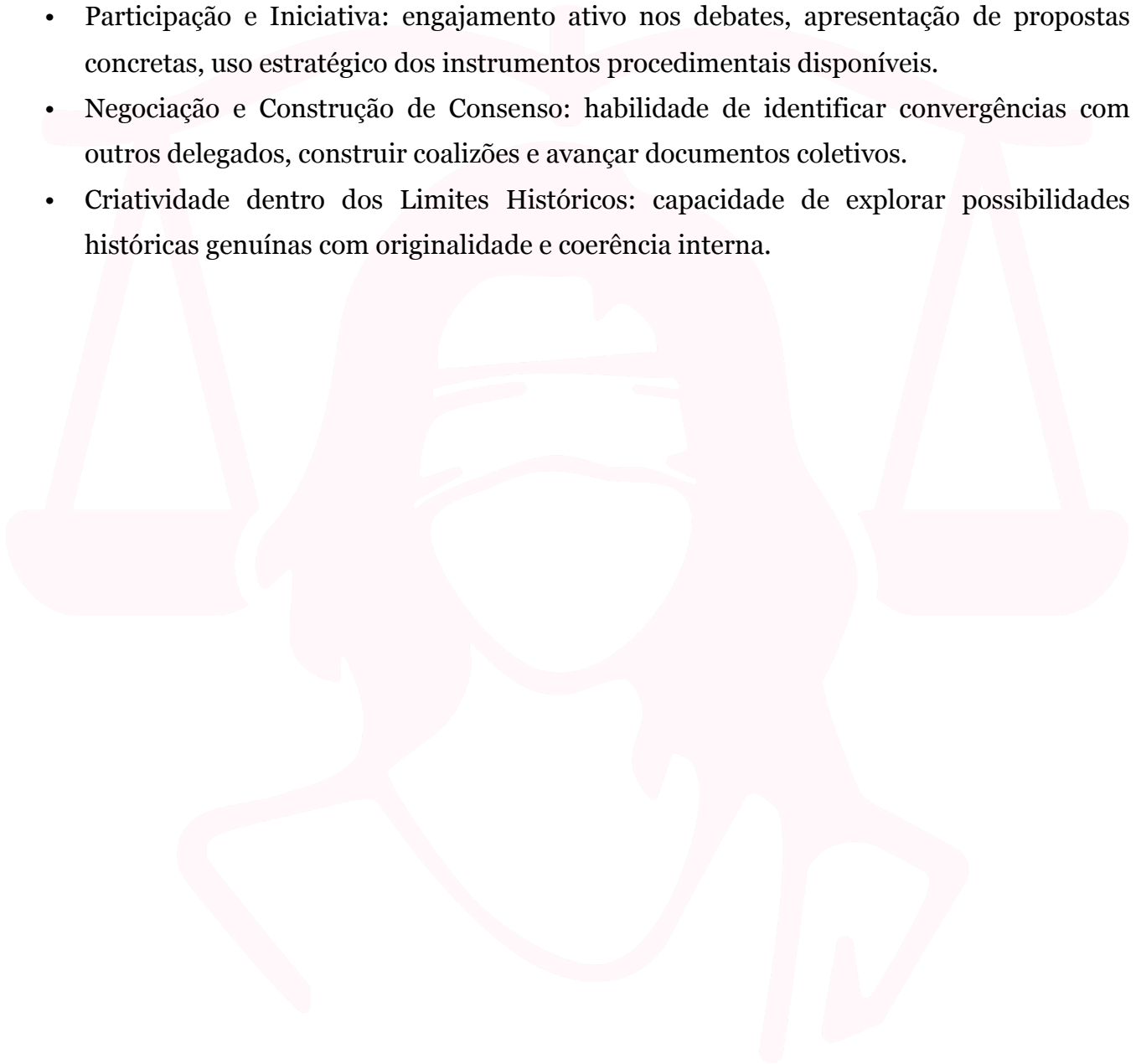
O comitê opera dentro de um 'congelamento histórico': a crise está em aberto, e as deliberações ocorrem em um tempo simulado que corresponde ao período entre a morte de Hu Yaobang (15 de abril de 1989) e a madrugada de 3-4 de junho. O que aconteceu historicamente após essa data, a intervenção militar, o massacre, a remoção de Zhao Ziyang, não é um dado fixo no contexto do comitê: os delegados têm a responsabilidade e a oportunidade de tomar decisões diferentes das que foram historicamente tomadas, explorar alternativas que existiam naquele momento e, eventualmente, mudar o curso do debate.

Isso não significa que os delegados possam ignorar o contexto histórico: ao contrário, a fidelidade ao contexto de conhecimentos, percepções e opções disponíveis em maio de 1989 é obrigatória. Mas dentro desse contexto, a história não está determinada.

Critério de atuação esperado

A mesa avaliará os delegados segundo os seguintes critérios principais:

- Domínio do Personagem: compreensão das motivações, trajetória, posicionamento político e visão de mundo do personagem representado, com reflexo consistente em todas as falas e documentos.
- Qualidade Argumentativa: capacidade de construir argumentos fundamentados, lógicos e historicamente ancorados, que dialoguem com os argumentos dos outros delegados.
- Participação e Iniciativa: engajamento ativo nos debates, apresentação de propostas concretas, uso estratégico dos instrumentos procedimentais disponíveis.
- Negociação e Construção de Consenso: habilidade de identificar convergências com outros delegados, construir coalizões e avançar documentos coletivos.
- Criatividade dentro dos Limites Históricos: capacidade de explorar possibilidades históricas genuínas com originalidade e coerência interna.



Posicionamentos dos Personagens e das Correntes Internas

A eficácia da atuação no comitê depende, em larga medida, da capacidade do delegado de situar seu personagem dentro de um mapa de forças e de um sistema de lealdades, antagonismos e alianças que estrutura a elite política chinesa de 1989. As análises a seguir oferecem um quadro interpretativo sobre os principais atores e as correntes que eles representam, mas os delegados são encorajados a aprofundá-las com pesquisa adicional sobre os personagens específicos que representam.

Bo Yibo

Vice-Presidente Executivo da Comissão Consultiva Central

Bo Yibo deve ser entendido como uma das figuras veteranas da geração revolucionária chinesa, pertencente ao grupo de líderes que construíram sua autoridade política a partir da experiência da guerra, da fundação da República Popular e da consolidação do Partido como centro do Estado. Sua trajetória o coloca entre os chamados “anciãos” do regime: figuras que, mesmo sem ocupar necessariamente o posto formal mais elevado do governo cotidiano, carregam enorme peso moral, histórico e político. Para Bo, a legitimidade do Partido não nasce apenas da administração eficiente, mas do sacrifício revolucionário e da preservação da unidade conquistada após décadas de guerra civil, invasão estrangeira e instabilidade interna. Por isso, ele tende a enxergar crises políticas não apenas como disputas administrativas, mas como testes de sobrevivência histórica do projeto revolucionário chinês.

No comitê, Bo Yibo deve atuar como uma figura conservadora, prudente e profundamente desconfiada de mobilizações populares não controladas pelo Partido. Ele pode reconhecer que as reformas econômicas trouxeram crescimento e modernização, mas dificilmente aceitará que esse processo se converta em contestação aberta à autoridade política central. Sua prioridade será preservar a unidade do Partido, evitar divisões públicas na liderança e impedir que a crise estudantil seja interpretada como sinal de fraqueza do regime. Sua personalidade deve combinar autoridade de veterano, frieza estratégica e impaciência diante de idealismos juvenis. Bo pode defender uma resposta firme, mas institucionalmente coordenada, evitando improvisos que

exponham fissuras internas. Para ele, o maior perigo não está apenas na praça, mas na possibilidade de que a hesitação da liderança faça o Partido parecer vulnerável.

Chen Junsheng

Conselheiro de Estado

Chen Junsheng deve ser interpretado como uma figura de perfil administrativo e pragmático, ligada ao funcionamento concreto do Estado e à gestão de políticas públicas. Como Conselheiro de Estado, sua autoridade não se baseia em carisma revolucionário ou protagonismo ideológico, mas na capacidade de avaliar os impactos materiais de uma crise política sobre a governabilidade. Ele representa o olhar do burocrata de alto escalão que precisa pensar em abastecimento, produção, administração territorial, estabilidade social e continuidade do funcionamento estatal. Em 1989, esse tipo de perfil é especialmente importante porque os protestos não ocorrem em um vácuo: eles se desenvolvem em meio à inflação, ao desconforto urbano, à insatisfação com corrupção e à percepção de que a reforma econômica produziu benefícios desiguais.

No comitê, Chen Junsheng deve se preocupar menos com declarações grandiosas e mais com os efeitos práticos de cada decisão. Se houver repressão severa, qual será o impacto sobre a população urbana, os trabalhadores, as províncias e a economia? Se houver negociação, quais concessões podem ser administradas sem abrir precedente perigoso? Ele tende a defender estabilidade, previsibilidade e controle administrativo. Sua personalidade deve ser séria, técnica e cautelosa, buscando reduzir riscos de colapso institucional. Chen pode apoiar medidas de contenção, desde que acompanhadas de mecanismos concretos para normalizar a vida nas cidades, preservar abastecimento, conter inflação e impedir que a crise se espalhe para áreas rurais ou industriais. Sua força no debate está em lembrar que uma crise política mal administrada pode rapidamente se tornar uma crise social de larga escala.

Chen Muhua

Vice-Presidente do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional

Chen Muhua ocupa uma posição que a conecta à institucionalidade formal do Estado chinês, especialmente por sua atuação no Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional. Sua representação deve carregar a sensibilidade de alguém preocupada com legalidade socialista, estabilidade legislativa, imagem institucional e funcionamento organizado das estruturas do regime. Ela não é uma figura de rua, nem de quartel; seu espaço é o da administração política formal, dos procedimentos, dos documentos e da relação entre decisões do Partido e sua tradução para o aparato estatal. Sua trajetória também permite que seja interpretada como uma liderança experiente em áreas de governança, relações externas e políticas públicas, com atenção especial ao modo como decisões internas repercutem dentro e fora da China.

No comitê, Chen Muhua deve preocupar-se com a aparência de legitimidade das ações tomadas. Mesmo que apoie medidas de restauração da ordem, tenderá a defender que elas sejam justificadas em linguagem institucional, evitando a impressão de arbitrariedade absoluta. Pode argumentar que o Partido não deve parecer refém da praça, mas também não deve agir de modo tão brusco que comprometa a autoridade das instituições estatais. Sua personalidade deve ser disciplinada, formal e pragmática, com disposição para construir pontes entre o núcleo político e os instrumentos legais do Estado. Chen pode defender comunicados oficiais, consultas formais, uso da Assembleia como mecanismo de enquadramento político e políticas anticorrupção limitadas para responder a parte da pressão pública sem transformar a natureza do regime.

Chen Xitong

Prefeito de Pequim

Chen Xitong deve ser uma das figuras mais diretamente pressionadas pela crise, pois sua autoridade está ligada à administração da capital. Como prefeito de Pequim, ele não pode tratar os protestos como abstração ideológica distante: as manifestações ocupam ruas, interrompem rotinas, concentram imprensa internacional, pressionam a segurança urbana e colocam em risco a imagem do centro político do país. Sua posição o torna sensível à ordem pública, à circulação na cidade, à reputação da administração municipal e ao controle dos espaços simbólicos da capital. Tiananmen não é apenas uma praça; é o coração político da República Popular. Para Chen, permitir que esse espaço permaneça sob controle dos manifestantes pode ser interpretado como uma erosão concreta da autoridade estatal.

No comitê, Chen Xitong tende a adotar uma postura dura, administrativa e alarmista. Seu objetivo será convencer a liderança central de que a crise não pode ser normalizada como mero protesto estudantil, pois já afeta a governabilidade da capital e pode estimular outros grupos urbanos. Ele deve pressionar por medidas de desocupação, restauração do funcionamento municipal, controle da imprensa e responsabilização de lideranças consideradas desestabilizadoras. Sua personalidade deve ser defensiva, enérgica e preocupada com sua própria responsabilidade política: se Pequim sair do controle, ele será um dos primeiros a ser cobrado. Chen pode se aliar a Li Ximing, Li Peng e setores de segurança, defendendo que a preservação da capital é condição mínima para qualquer continuidade das reformas.

Chen Yun

Presidente da Comissão Consultiva Central

Chen Yun representa uma das vozes mais importantes do conservadorismo econômico e político dentro da liderança chinesa. Veterano revolucionário e planejador experiente, ele deve ser interpretado como alguém que nunca rejeitou toda reforma, mas que sempre desconfiou de reformas rápidas demais, desiguais demais ou politicamente descontroladas. Sua visão costuma ser associada à ideia de que o mercado poderia funcionar dentro de uma “gaiola” controlada pelo planejamento e pela autoridade do Partido. Para Chen Yun, o problema de 1989 não é apenas a presença de estudantes nas ruas; é o acúmulo de sintomas de que a abertura econômica, a inflação, a corrupção e a circulação de ideias externas podem ter avançado além da capacidade de controle político do regime.

No comitê, Chen Yun deve defender uma linha de contenção firme, combinada com crítica aos excessos das reformas. Ele pode argumentar que a crise prova a necessidade de recuperar disciplina econômica, combater inflação, controlar redes de privilégio e limitar a influência de ideias liberais. Sua personalidade deve ser austera, lenta, pesada e quase paternal em relação ao Partido, falando como alguém que viu a China sobreviver ao caos e não aceitará vê-la retornar a ele. Chen pode se opor tanto aos manifestantes quanto a reformistas internos que, em sua visão, abriram espaço para expectativas perigosas. Seu objetivo é preservar o Partido como centro absoluto da vida política e garantir que a modernização econômica não se converta em pluralização do poder.

Chi Haotian

Chefe do Estado-Maior Geral do Exército de Libertação Popular

Chi Haotian deve ser representado como uma figura militar de alto escalão, responsável por pensar a crise a partir da capacidade operacional, disciplina interna e função política do Exército de Libertação Popular. Em um sistema em que o Exército é o braço armado do Partido, e não uma instituição neutra separada da liderança política, Chi precisa avaliar não apenas se uma ordem pode ser executada, mas como sua execução afetará a coesão das tropas, a autoridade da Comissão Militar Central e a percepção nacional sobre o Exército. Sua história como militar deve ser traduzida em uma postura objetiva, hierárquica e focada na preservação da cadeia de comando.

No comitê, Chi Haotian terá papel decisivo caso a liderança considere o uso de tropas para restaurar a ordem. Ele deve se preocupar com logística, moral das unidades, clareza das ordens, risco de confronto direto com civis, possibilidade de desobediência e repercussão política de qualquer operação militar na capital. Sua personalidade deve ser disciplinada, reservada e tecnicamente dura. Chi pode defender que, se o Exército for acionado, a decisão deve ser inequívoca, centralizada e politicamente respaldada, para evitar ambiguidade no terreno. Ao mesmo tempo, pode alertar que usar forças armadas em crise urbana é medida de alto custo simbólico. Sua posição deve equilibrar lealdade ao Partido, prudência operacional e preocupação com a imagem do Exército como garantidor da unidade nacional.

Deng Xiaoping

Presidente da Comissão Militar Central do Partido Comunista da China

Deng Xiaoping é a figura central da política chinesa em 1989, mesmo sem ocupar todos os cargos formais mais visíveis do Estado. Como arquiteto das reformas econômicas e líder de autoridade incontornável, Deng representa a tensão fundamental do comitê: modernizar a China sem permitir que a abertura econômica se transforme em liberalização política fora do controle do Partido. Sua trajetória revolucionária, sua sobrevivência a expurgos e retornos políticos e sua

liderança no processo de reforma fazem dele uma figura pragmática, mas não liberal no sentido ocidental. Para Deng, a legitimidade do Partido depende da capacidade de produzir desenvolvimento, estabilidade e fortalecimento nacional. A reforma é um instrumento de poder, não uma renúncia ao monopólio político.

No comitê, Deng deve agir como árbitro supremo entre linhas internas. Ele pode ouvir reformistas, conservadores, militares e administradores, mas sua prioridade será preservar a autoridade do Partido e impedir que a crise gere fragmentação nacional. Sua personalidade deve ser pragmática, seca, estratégica e pouco sentimental. Deng pode admitir erros de gestão, corrupção e inflação, mas dificilmente aceitará que manifestações de massa imponham o ritmo da política nacional. Ao mesmo tempo, ele deve ter consciência de que uma resposta mal calibrada pode prejudicar a economia, a imagem internacional e o próprio legado das reformas. Seu dilema é decidir se a continuidade da reforma exige acomodação política limitada ou se, naquele momento, só pode sobreviver após uma demonstração clara de autoridade.

Hong Xuezhi

Subsecretário-Geral da Comissão Militar Central

Hong Xuezhi deve ser interpretado como uma figura militar veterana, ligada à administração interna, logística e coordenação institucional da Comissão Militar Central. Diferente de comandantes em campo, sua importância está na engrenagem que permite ao aparato militar funcionar: comunicação entre lideranças, organização de recursos, transmissão de ordens e garantia de disciplina estrutural. Sua experiência deve ser traduzida em uma visão de crise voltada para viabilidade operacional. Ele não deve ser apenas “mais um militar”, mas alguém que entende que uma ordem política só se torna realidade se houver cadeia logística, clareza administrativa e capacidade de execução.

No comitê, Hong Xuezhi deve preocupar-se com o custo de qualquer mobilização militar prolongada na capital. Ele pode questionar quantas tropas seriam necessárias, de onde viriam, como seriam abastecidas, como reagiriam diante de civis e como se evitaria confusão entre comandos. Sua personalidade deve ser prática, rígida e avessa a improvisações. Hong pode apoiar a restauração da ordem, mas tenderá a exigir planejamento preciso e respaldo político

inequívoco. Também pode alertar que hesitação ou ordens contraditórias desmoralizam o Exército e multiplicam riscos. Seu papel no debate é lembrar que, em crise, autoridade não é apenas decisão; é capacidade organizada de fazer a decisão chegar ao terreno.

Hu Qiaomu

Membro Permanente da Comissão Consultiva Central

Hu Qiaomu deve ser compreendido como uma das principais vozes ideológicas do Partido, ligado à elaboração doutrinária, à linguagem política e à defesa da ortodoxia socialista. Sua autoridade vem da capacidade de interpretar crises em termos ideológicos: o que parece apenas protesto estudantil pode, para ele, revelar infiltração de ideias burguesas, liberalização excessiva, fraqueza na educação política ou erosão da disciplina partidária. Hu representa o medo de que a crise de 1989 não seja somente administrativa, mas simbólica: se a narrativa do Partido for derrotada, a autoridade material do Estado pode começar a se desfazer.

No comitê, Hu Qiaomu deve defender controle da imprensa, clareza ideológica e combate ao que pode chamar de “liberalização burguesa”. Ele pode argumentar que o Partido perdeu terreno no campo das ideias e que a juventude urbana foi exposta a expectativas incompatíveis com a estabilidade socialista. Sua personalidade deve ser intelectual, severa, doutrinária e pouco tolerante a ambiguidades. Hu pode se opor a concessões que pareçam validar o discurso dos manifestantes, defendendo que qualquer resposta inclua reafirmação pública da liderança do Partido, educação política e punição a quadros que tenham estimulado confusão ideológica. Sua força está em moldar a linguagem oficial da crise: protesto, turbulência, erro juvenil, conspiração, contrarrevolução ou crise de governança — cada termo abre caminhos diferentes de ação.

Hu Qili

Primeiro-Secretário do Secretariado do Comitê Central

Hu Qili deve ser representado como uma figura associada ao setor mais reformista e tecnocrático da liderança, com papel importante na máquina cotidiana do Partido. Como Primeiro-Secretário do Secretariado, ele está ligado à coordenação política, à comunicação interna e ao funcionamento administrativo do Comitê Central. Sua posição o coloca próximo das disputas entre a linha de abertura controlada e a linha de endurecimento. Ele pode ser interpretado como alguém que entende a necessidade de modernização institucional e maior sensibilidade às demandas urbanas, sem necessariamente desejar ruptura com o sistema de partido único.

No comitê, Hu Qili tende a defender diálogo, moderação na linguagem oficial e respostas políticas que reduzam a radicalização dos protestos. Ele pode argumentar que tratar todos os manifestantes como inimigos apenas unificaria estudantes, trabalhadores e intelectuais contra o Partido. Sua personalidade deve ser racional, cuidadosa, discreta e politicamente vulnerável, pois sua proximidade com posições reformistas pode torná-lo alvo de conservadores. Hu deve preocupar-se com imprensa, juventude, legitimidade urbana e necessidade de preservar espaço para reformas futuras. Pode propor canais de negociação, investigação de corrupção, reconhecimento parcial das demandas e substituição de repressão simbólica por mecanismos institucionais de escuta. Seu desafio é provar que contenção política não significa fraqueza, mas inteligência estratégica.

Jiang Zemin

Secretário do Comitê Municipal de Xangai do Partido Comunista da China

Jiang Zemin entra no comitê como uma figura regional de grande relevância, especialmente por comandar Xangai, uma das cidades mais importantes para a abertura econômica, modernização urbana e contato com o exterior. Sua autoridade não está no centro imediato da crise de Pequim, mas justamente por isso sua experiência pode ser apresentada como modelo alternativo de gestão: conter instabilidade sem necessariamente permitir que ela se transforme em colapso aberto. Jiang deve ser interpretado como um político pragmático, atento à estabilidade, à imagem de competência administrativa e à preservação das reformas econômicas sob controle partidário.

No comitê, Jiang Zemin deve posicionar-se de forma cautelosa, evitando extremismos verbais e demonstrando lealdade à liderança central. Ele pode defender controle firme da imprensa e das organizações urbanas, mas também enfatizar que a China não pode destruir a confiança econômica internacional construída nos anos de reforma. Sua personalidade deve ser calculista, adaptável e institucional. Jiang pode tentar se apresentar como alguém capaz de equilibrar ordem e modernização, disciplina e abertura econômica, autoridade central e gestão urbana eficiente. Seu interesse político implícito é demonstrar confiabilidade em um momento em que outras lideranças estão se desgastando. No debate, pode atuar como ponte entre tecnocratas, conservadores moderados e defensores da estabilidade.

Li Guixian

Governador do Banco Popular da China

Li Guixian deve ser interpretado como a voz da estabilidade monetária e financeira dentro do comitê. Como Governador do Banco Popular da China, sua preocupação central não é apenas a praça, mas o ambiente econômico que ajudou a produzir insatisfação social: inflação, perda de poder de compra, incerteza urbana, aquecimento desordenado e percepção de corrupção associada às reformas. Para Li, a crise política é também uma crise de confiança econômica. Se a população acredita que os preços estão fora de controle e que apenas grupos conectados ao Partido se beneficiam da abertura, a legitimidade do regime é corroída por dentro.

No comitê, Li Guixian deve defender que qualquer resposta aos protestos seja acompanhada de medidas econômicas visíveis. Ele pode propor controle inflacionário, disciplina financeira, revisão de privilégios, fiscalização de práticas corruptas e comunicação pública sobre estabilidade econômica. Sua personalidade deve ser técnica, contida e avessa a gestos puramente simbólicos. Li pode alertar que repressão sem correção econômica apenas silencia sintomas temporariamente, enquanto concessões políticas sem estabilidade monetária podem ampliar expectativas impossíveis de atender. Seu papel é fazer o comitê entender que a autoridade do Partido, em 1989, não depende apenas de tanques, discursos ou negociações, mas também da capacidade de garantir preços, salários, abastecimento e previsibilidade.

Li Peng

Primeiro-Ministro do Conselho de Estado

Li Peng deve ser uma das principais figuras da linha dura dentro do comitê. Como Primeiro-Ministro, ele representa a autoridade do governo central e a necessidade de preservar funcionamento estatal, ordem pública e disciplina política. Sua posição o coloca diretamente diante das demandas estudantis por diálogo, transparência e combate à corrupção, mas também diante do medo de que negociar sob pressão de rua abra um precedente perigoso. Li Peng deve ser interpretado como alguém que vê a crise não apenas como reclamação social, mas como desafio à capacidade do Estado de governar sem ser coagido por mobilização popular.

No comitê, Li Peng tende a defender uma resposta firme, linguagem oficial dura e, se necessário, medidas extraordinárias de restauração da ordem. Sua personalidade deve ser rígida, burocrática, defensiva e pouco inclinada a sentimentalismos políticos. Ele pode argumentar que a hesitação apenas encoraja a expansão dos protestos, enfraquece governos locais e ameaça a estabilidade nacional. Ao mesmo tempo, deve demonstrar preocupação com a continuidade econômica e com a imagem de autoridade do Conselho de Estado. Li pode se aliar a Chen Xitong, Li Ximing, Yao Yilin e setores militares. Sua prioridade será impedir que o Partido pareça governar sob autorização da praça. Para ele, reformas são possíveis apenas quando a ordem política está garantida.

Li Ruihuan

Secretário do Comitê Municipal de Tianjin do Partido Comunista da China

Li Ruihuan deve ser interpretado como uma liderança municipal pragmática, com sensibilidade para massas urbanas, trabalhadores e funcionamento concreto da administração local. Sua experiência em Tianjin o coloca em contato com realidades industriais, sindicais e urbanas que podem ser afetadas por uma crise política nacional. Diferente de figuras puramente ideológicas, Li tende a pensar em como políticas são recebidas pela população comum. Ele deve entender que estudantes podem iniciar uma mobilização, mas trabalhadores, servidores e moradores

urbanos podem transformá-la em uma crise muito mais ampla caso se sintam economicamente prejudicados ou moralmente representados por ela.

No comitê, Li Ruihuan pode defender uma postura de comunicação mais inteligente com a sociedade, evitando que o Partido trate todas as expressões de insatisfação como hostilidade organizada. Sua personalidade deve ser direta, prática, popular e menos dogmática que a de conservadores ideológicos. Ele pode apoiar a preservação da ordem, mas recomendar diálogo limitado, concessões administrativas e políticas concretas contra corrupção para reduzir apoio social aos protestos. Também pode alertar que o uso excessivo de força pode alienar setores urbanos produtivos e comprometer a confiança no Partido. Seu papel é lembrar que governar não é apenas impor disciplina, mas manter canais mínimos de legitimidade com quem trabalha, produz e vive nas cidades.

Li Tieying

Presidente da Comissão Estatal de Educação

Li Tieying ocupa uma posição central porque a crise tem forte origem universitária. Como Presidente da Comissão Estatal de Educação, ele deve ser interpretado como responsável por compreender o ambiente estudantil, a formação ideológica da juventude, a relação entre universidades e Estado e a influência de intelectuais sobre a política nacional. Para Li, os protestos revelam uma falha de gestão educacional e política: estudantes de instituições centrais passaram a se ver como sujeitos legítimos de cobrança pública do Partido. Isso coloca em questão currículos, controle administrativo das universidades, atuação de professores, circulação de ideias estrangeiras e limites da autonomia intelectual.

No comitê, Li Tieying deve defender medidas voltadas às universidades: reorganização de lideranças estudantis, reforço de educação política, controle de assembleias, diálogo seletivo com reitores e professores, além de possíveis punições a agitadores considerados radicais. Sua personalidade deve ser séria, disciplinadora e preocupada com a juventude como campo de disputa ideológica. Ele pode reconhecer que parte das demandas nasce de problemas reais, como corrupção e frustração profissional, mas tenderá a rejeitar qualquer movimento estudantil autônomo que desafie o Partido. Li deve atuar como ponte entre política educacional e segurança

interna, argumentando que a crise só será resolvida plenamente se as universidades voltarem a ser espaços de formação socialista, e não centros de contestação organizada.

Li Xiannian

Presidente do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês

Li Xiannian deve ser interpretado como um dos grandes anciãos conservadores do regime, com trajetória revolucionária e peso político acumulado ao longo de décadas. Sua posição no Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês o liga à ideia de consulta ampla sob liderança do Partido, mas sua visão de estabilidade tende a ser fortemente marcada pela experiência histórica de guerra, reconstrução e medo de fragmentação. Para Li, a unidade nacional e a autoridade central não são valores abstratos: são conquistas frágeis diante da memória de invasões, guerra civil, faccionalismo e desordem.

No comitê, Li Xiannian deve inclinar-se a uma leitura dura da crise. Ele pode argumentar que a China não pode permitir que manifestações urbanas questionem o princípio dirigente do Partido, especialmente em um momento internacional de instabilidade socialista. Sua personalidade deve ser grave, conservadora, paternalista e pouco aberta a experimentos políticos. Li pode apoiar medidas de restauração da ordem, controle ideológico e responsabilização de lideranças reformistas que tenham permitido o crescimento da crise. Ao mesmo tempo, por ocupar uma posição consultiva, pode vestir sua dureza com linguagem de “defesa da unidade” e “proteção do povo”. Seu objetivo é impedir que a reforma econômica destrua a arquitetura política construída pela geração revolucionária.

Li Ximing

Secretário do Comitê Municipal de Pequim do Partido Comunista da China

Li Ximing deve ser uma das vozes mais duras do núcleo de Pequim. Como Secretário do Comitê Municipal do Partido na capital, sua autoridade está diretamente ameaçada pela ocupação de espaços públicos, pela mobilização estudantil, pela atuação de universidades locais e pela

atenção internacional concentrada sobre a cidade. Diferente de líderes nacionais que podem pensar em longo prazo, Li Ximing vive a crise como colapso imediato da disciplina política em seu território. Para ele, a praça ocupada, os cartazes, as marchas e a simpatia de setores urbanos representam não apenas protesto, mas desafio frontal ao comando municipal do Partido.

No comitê, Li Ximing tende a defender repressão política, controle urbano, restrição da imprensa, isolamento dos estudantes e medidas rápidas para recuperar a autoridade em Pequim. Sua personalidade deve ser combativa, alarmista e defensiva, pois qualquer sinal de descontrole na capital recai diretamente sobre sua gestão. Ele pode se aliar a Chen Xitong e Li Peng para pressionar por medidas extraordinárias. Li deve argumentar que a capital não pode ser laboratório de indecisão, pois sua instabilidade produz efeitos nacionais. Seu principal objetivo será convencer o Comitê Central de que cada dia de ocupação pública enfraquece a imagem do Partido e encoraja a formação de uma oposição social mais ampla.

Liu Huaqing

Membro da Comissão Militar Central

Liu Huaqing deve ser representado como uma figura militar estratégica, associada à modernização do Exército e à visão de longo prazo sobre defesa nacional. Como membro da Comissão Militar Central, sua preocupação não se limita à crise imediata, mas ao papel do Exército como pilar da soberania chinesa. Ele deve enxergar a instabilidade interna como ameaça à capacidade do país de continuar modernizando suas forças, protegendo seu território e sustentando sua posição internacional. Para Liu, o Exército deve permanecer disciplinado, moderno e politicamente leal ao Partido.

No comitê, Liu Huaqing pode apoiar a restauração da ordem, mas deve fazê-lo com atenção ao custo institucional de envolver o Exército em uma crise civil. Sua personalidade deve ser estratégica, militarmente séria e menos teatral que a de figuras políticas. Ele pode argumentar que a pior situação seria uma ordem confusa, mal planejada ou politicamente ambígua, capaz de dividir comandos e comprometer a autoridade militar. Liu deve defender coordenação centralizada, preservação da cadeia de comando e proteção da imagem do Exército como força nacional, não como instrumento faccional. Seu papel é lembrar que a estabilidade política e a

modernização militar estão conectadas: se o Partido se fragmenta, o Exército também pode ser colocado sob pressão.

Ni Zhifu

Presidente da Federação Nacional dos Sindicatos da China

Ni Zhifu deve ser uma representação decisiva porque a crise estudantil pode se tornar muito mais perigosa se alcançar os trabalhadores. Como Presidente da Federação Nacional dos Sindicatos da China, ele representa o sindicalismo oficial, organizado sob liderança do Partido, e não uma autonomia operária independente. Sua história deve ser lida a partir da relação entre Estado, classe trabalhadora e legitimidade socialista. Em tese, o Partido governa em nome dos trabalhadores; por isso, qualquer mobilização operária autônoma contra o Partido carrega potencial simbólico devastador. Se estudantes protestam, o regime pode chamá-los de jovens idealistas ou influenciados por ideias externas. Se trabalhadores aderem em massa, a narrativa se torna muito mais difícil de controlar.

No comitê, Ni Zhifu deve preocupar-se com salários, inflação, condições urbanas, ressentimento contra corrupção e possibilidade de formação de organizações trabalhistas fora da Federação oficial. Sua personalidade deve ser institucional, popular e defensiva. Ele pode defender medidas para separar trabalhadores dos estudantes, responder a queixas econômicas legítimas e mobilizar sindicatos oficiais em favor da estabilidade. Também pode alertar que repressão indiscriminada pode gerar solidariedade operária aos manifestantes. Ni deve buscar preservar a imagem do Partido como representante dos trabalhadores, propondo campanhas anticorrupção, garantias salariais, controle de preços e comunicação direta com fábricas. Seu objetivo é impedir que a crise deixe de ser universitária e se converta em crise de classe.

Peng Peiyun

Presidente da Comissão Nacional de Planejamento Familiar

Peng Peiyun deve ser interpretada como uma liderança ligada à governança social, administração populacional e políticas públicas de longo alcance. Embora sua área formal seja o planejamento familiar, sua representação pode ser ampliada para pensar a relação entre Estado, família, sociedade e disciplina coletiva. Em uma crise como a de 1989, a juventude urbana, os estudantes, os pais, as universidades e os bairros tornam-se campos de disputa política. Peng deve observar como a instabilidade afeta famílias, mulheres, jovens, serviços públicos e confiança social no Estado. Sua posição permite trazer ao comitê um olhar sobre controle social que não passa apenas por polícia ou Exército, mas por redes administrativas capilares.

No comitê, Peng Peiyun pode defender medidas de contenção social, comunicação com famílias de estudantes, mobilização de organizações de massa, campanhas de retorno às aulas e responsabilização institucional das universidades. Sua personalidade deve ser disciplinada, administrativa e preocupada com estabilidade cotidiana. Ela pode argumentar que o Partido precisa falar não apenas com líderes estudantis, mas com pais, professores, unidades de trabalho e comunidades urbanas. Ao mesmo tempo, pode apoiar concessões limitadas em temas como corrupção e transparência administrativa para reduzir o desgaste social. Peng deve representar a ideia de que a autoridade política se sustenta no controle de pequenas estruturas da vida cotidiana, e não apenas em grandes decisões no topo.

Qian Qichen

Ministro das Relações Exteriores

Qian Qichen deve ser a principal voz diplomática do comitê. Como Ministro das Relações Exteriores, ele precisa avaliar como cada resposta será interpretada por governos estrangeiros, imprensa internacional, investidores, instituições multilaterais e movimentos políticos em outros países socialistas. Em 1989, a China não está isolada do mundo: as reformas econômicas ampliaram contato externo, a visita de líderes estrangeiros atrai atenção global e a crise em Pequim passa a ser observada como símbolo do futuro do socialismo chinês. Para Qian, o problema não é apenas resolver a praça, mas impedir que a China seja enquadrada internacionalmente como instável, repressiva ou imprevisível demais para continuar sua abertura.

No comitê, Qian Qichen deve defender uma estratégia de comunicação externa, controle de danos diplomáticos e preservação das relações econômicas internacionais. Sua personalidade deve ser fria, elegante, cautelosa e altamente consciente da linguagem. Ele pode não se opor necessariamente a medidas duras, mas insistirá que qualquer ação seja acompanhada de justificativa oficial, narrativa de soberania, acusação de interferência externa quando conveniente e preservação dos canais diplomáticos. Qian deve alertar que sanções, isolamento, suspensão de contatos ou fuga de capital podem comprometer a modernização chinesa. Seu objetivo é garantir que, qualquer que seja a decisão interna, ela seja administrável no plano internacional e não destrua os ganhos estratégicos da abertura.

Qiao Shi

Secretário da Comissão Central de Assuntos Políticos e Jurídicos do Comitê Central

Qiao Shi representa o eixo jurídico, policial e de segurança interna do Partido. Sua posição o coloca no centro das discussões sobre ordem pública, investigação, legalidade socialista, inteligência doméstica, tribunais, polícia e resposta institucional a protestos. Ele deve ser interpretado como uma figura pragmática, capaz de enxergar que uma crise política precisa ser enquadrada juridicamente para que o Estado aja com coerência. Para Qiao, o perigo está tanto na desordem das ruas quanto no uso desorganizado da força. Sem classificação clara dos eventos, sem identificação de lideranças, sem procedimentos de segurança e sem narrativa legal, qualquer decisão pode parecer improvisada.

No comitê, Qiao Shi pode defender medidas como investigação de redes de organização, controle de publicações, prisões seletivas, negociação tática, delimitação de áreas proibidas e uso escalonado de forças de segurança antes de eventual intervenção militar. Sua personalidade deve ser controlada, institucional e calculista. Ele pode se diferenciar de falas puramente ideológicas ao insistir na necessidade de provas, categorias e mecanismos legais. Ao mesmo tempo, não deve ser confundido com liberalismo: seu compromisso central é preservar o poder do Partido por meio de instrumentos jurídicos e securitários eficientes. Qiao pode atuar como ponte entre reformistas cautelosos e linha dura, propondo uma resposta firme, mas menos caótica e menos politicamente custosa.

Qin Jiwei

Ministro da Defesa Nacional

Qin Jiwei deve ser interpretado como uma figura militar de grande peso simbólico e institucional. Como Ministro da Defesa Nacional, ele não comanda sozinho todos os aspectos da crise, mas representa o rosto formal da defesa chinesa e da relação entre Exército, Estado e Partido. Sua experiência militar deve ser traduzida em preocupação com disciplina, legitimidade das ordens e preservação da autoridade do Exército. Em uma crise política urbana, o uso das Forças Armadas é sempre uma decisão extrema, e Qin deve avaliar tanto sua necessidade quanto seus riscos.

No comitê, Qin Jiwei deve preocupar-se com a politização do Exército, a clareza da cadeia de comando e a possibilidade de que tropas sejam colocadas em situação moralmente delicada diante de civis. Sua personalidade deve ser sóbria, militarmente honrada e institucional. Ele pode defender lealdade à Comissão Militar Central e ao Partido, mas também exigir que qualquer operação seja politicamente clara e operacionalmente justificável. Qin pode alertar que o Exército não deve ser usado para compensar falhas políticas sem planejamento. Sua posição ideal no debate é a de um militar que entende a gravidade da força: se chamada, deve ser decisiva; se usada sem clareza, pode marcar profundamente a relação entre povo, Partido e Exército.

Rui Xingwen

Membro do Secretariado do Comitê Central do Partido Comunista da China

Rui Xingwen deve ser representado como uma figura do aparelho partidário, ligada à coordenação interna, circulação de diretrizes e funcionamento do Secretariado. Sua importância não está em discursos grandiosos, mas na engrenagem política que transforma decisões do centro em orientações para órgãos, províncias, meios de comunicação, unidades de trabalho e estruturas partidárias. Em uma crise como a de 1989, o Secretariado torna-se essencial porque

a liderança precisa falar com uma só voz. Se diferentes setores do Partido transmitem sinais contraditórios, a crise se aprofunda e os manifestantes passam a explorar divisões internas.

No comitê, Rui Xingwen deve preocupar-se com unidade discursiva, disciplina partidária e velocidade na implementação das decisões. Sua personalidade deve ser burocrática, leal, discreta e atenta a procedimentos. Ele pode defender circulares internas, reuniões de alinhamento, controle de quadros locais, punição a vazamentos e comunicação coordenada entre órgãos do Partido. Rui talvez não seja o personagem mais ideológico ou carismático, mas pode ser crucial para impedir que a crise se transforme em disputa pública entre facções. Seu objetivo é garantir que, uma vez tomada uma decisão, o Partido inteiro pareça caminhar na mesma direção. Em crise política, coerência organizacional é poder.

Song Jian

Conselheiro de Estado e Diretor da Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia

Song Jian deve ser interpretado como uma figura tecnocrática, ligada à modernização científica, planejamento de longo prazo e desenvolvimento tecnológico. Sua presença no comitê lembra que as reformas chinesas não são apenas econômicas, mas também estratégicas: o país deseja modernizar indústria, ciência, defesa, infraestrutura e capacidade produtiva. Para Song, a crise política ameaça essa trajetória porque instabilidade interna pode afastar cooperação internacional, comprometer universidades, interromper projetos e prejudicar a formação de quadros técnicos. Ele representa a visão de que o futuro da China depende de conhecimento, estabilidade e capacidade de planejamento.

No comitê, Song Jian deve defender uma saída que preserve o ambiente necessário para a modernização. Ele pode ser crítico tanto da desordem estudantil quanto de respostas que destruam pontes com intelectuais, cientistas e universidades. Sua personalidade deve ser racional, metódica e preocupada com consequências de longo prazo. Song pode propor diálogo seletivo com acadêmicos, proteção de instituições científicas, continuidade de intercâmbios internacionais e separação entre manifestantes radicais e comunidade técnica. Ao mesmo tempo, pode apoiar controle político se considerar que a instabilidade ameaça a estratégia

nacional. Seu papel é lembrar que a China não pode se modernizar se transformar seus estudantes, pesquisadores e engenheiros em inimigos permanentes do Estado.

Song Ping

Chefe do Departamento de Organização do Comitê Central

Song Ping controla uma das áreas mais sensíveis do Partido: a organização de quadros. Isso significa nomeações, disciplina interna, carreiras políticas, avaliação de lealdade e equilíbrio de forças dentro da máquina partidária. Em um momento de crise, o Departamento de Organização não é apenas administrativo; ele decide quem sobe, quem cai, quem é protegido e quem será responsabilizado. Song deve ser interpretado como figura conservadora, discreta e extremamente poderosa nos bastidores. Sua visão da crise tende a passar pela pergunta: quais quadros permitiram que isso acontecesse, e quais quadros são confiáveis para restaurar a ordem?

No comitê, Song Ping deve preocupar-se com lealdade interna, substituições estratégicas e recomposição da liderança. Ele pode defender punições a autoridades vistas como permissivas, promoção de gestores firmes e reorganização de universidades, órgãos de imprensa e comitês municipais. Sua personalidade deve ser silenciosa, calculista e institucionalmente implacável. Song não precisa fazer discursos inflamados; basta controlar as consequências burocráticas da crise. Pode se aliar a anciãos conservadores e a Deng caso a linha final seja restaurar disciplina. Seu poder está em transformar crise política em reconfiguração de pessoal. No comitê, todos devem lembrar que, depois que a praça for resolvida, alguém decidirá quais carreiras sobreviverão.

Tian Jiyun

Vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Estado

Tian Jiyun deve ser representado como uma figura ligada às reformas econômicas, à administração pragmática e à necessidade de preservar a modernização. Como Vice-Primeiro-

Ministro, sua atuação deve considerar produção, investimentos, comércio, desenvolvimento regional e impacto das decisões políticas sobre a economia. Ele pode ser interpretado como mais aberto a reformas e menos inclinado a respostas puramente ideológicas, ainda que continue operando dentro da lógica de liderança do Partido. Para Tian, a crise revela problemas reais gerados pela transição: inflação, desigualdade, corrupção e expectativa social crescente.

No comitê, Tian Jiyun pode defender que o Partido responda às causas materiais dos protestos, não apenas aos seus sintomas políticos. Sua personalidade deve ser pragmática, técnica e preocupada com a continuidade das reformas. Ele pode apoiar investigação de corrupção, ajustes econômicos, proteção da confiança internacional e diálogo limitado com setores moderados. Ao mesmo tempo, deve evitar parecer ingênuo diante da possibilidade de descontrole. Tian pode se opor a uma linha dura excessiva caso ela comprometa anos de abertura econômica, mas também pode aceitar medidas de contenção se forem apresentadas como necessárias para preservar a reforma. Seu dilema é claro: sem estabilidade, a economia não avança; sem reforma, a legitimidade do Partido enfraquece.

Wan Li

Presidente do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional

Wan Li deve ser interpretado como uma liderança reformista e institucional, associada à ideia de que a modernização chinesa exige não apenas mudanças econômicas, mas também maior racionalidade administrativa e fortalecimento de mecanismos formais de governança. Como Presidente do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional, ele representa a dimensão legislativa do Estado e pode defender que o Partido não responda à crise apenas por comandos informais ou decisões de bastidores. Sua trajetória permite que ele seja visto como alguém sensível à necessidade de reformas graduais e canais institucionais para absorver tensões sociais.

No comitê, Wan Li deve preocupar-se com o futuro das instituições chinesas após a crise. Ele pode defender diálogo, investigação contra corrupção, abertura limitada de canais de supervisão e uso da Assembleia Popular como instrumento de legitimidade política. Sua personalidade deve ser serena, reformista, institucional e cautelosa. Wan pode se aproximar de Zhao Ziyang, Hu Qili, Tian Jiyun e Yan Mingfu, embora precise medir os riscos de isolamento político. Ele deve

argumentar que reprimir sem reformar pode restaurar silêncio, mas não confiança. Para Wan, o Partido precisa provar que é capaz de corrigir seus próprios problemas antes que a sociedade conclua que apenas pressão externa pode produzir mudanças.

Wen Jiabao

Diretor do Gabinete-Geral do Comitê Central do Partido Comunista da China

Wen Jiabao deve ser representado como uma figura de bastidor, ligada à coordenação documental, agenda da liderança, circulação de informações e funcionamento interno do Comitê Central. Como Diretor do Gabinete-Geral, sua posição é menos pública, mas extremamente sensível: ele vê memorandos, acompanha reuniões, organiza comunicações e percebe as divisões entre líderes antes que elas se tornem visíveis. Em uma crise como a de 1989, quem controla informação e acesso controla parte da política. Wen deve ser interpretado como técnico, cuidadoso e atento às nuances internas.

No comitê, Wen Jiabao deve preocupar-se com precisão das informações, redação de documentos, registro de decisões e preservação de canais entre facções. Sua personalidade deve ser discreta, metódica e politicamente cautelosa. Ele pode servir como operador de Zhao Ziyang ou como ponte administrativa entre diferentes setores, dependendo da dinâmica da simulação. Wen pode defender que a liderança receba relatórios confiáveis sobre a praça, evitando decisões baseadas em exageros ou informações enviesadas. Ao mesmo tempo, deve proteger sua própria sobrevivência política, evitando exposição excessiva. Seu papel é fundamental para bastidores: em crises, muitas decisões não dependem apenas de quem fala mais alto, mas de quem redige a versão final que circulará pelo Partido.

Wu Xueqian

Vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Estado

Wu Xueqian deve ser interpretado como uma figura de governo com forte sensibilidade diplomática e administrativa. Como Vice-Primeiro-Ministro, sua visão deve integrar política

externa, funcionamento do Conselho de Estado e preservação da imagem chinesa diante do mundo. Ele representa o setor que entende que a crise interna não terminará nas fronteiras chinesas: qualquer resposta afetará relações comerciais, cooperação internacional, contatos políticos e o modo como a China será percebida no contexto global de 1989. Sua trajetória o aproxima de uma postura cautelosa, voltada à gestão de consequências.

No comitê, Wu Xueqian deve defender que a liderança pense no “dia seguinte”. Como explicar a decisão? Como manter relações com países que observam a crise? Como preservar abertura econômica? Como evitar que a China seja comparada desfavoravelmente a regimes socialistas em colapso? Sua personalidade deve ser diplomática, formal e moderada no tom. Wu pode apoiar medidas de ordem, mas insistirá na necessidade de comunicação externa sofisticada e de gestos que preservem alguma legitimidade internacional. Pode se alinhar a Qian Qichen em temas de imagem e relações externas. Seu papel é impedir que a resposta interna produza uma crise diplomática duradoura.

Xu Qinxian

Comandante do 38º Grupo de Exército

Xu Qinxian deve ser uma das representações militares mais dramáticas do comitê. Como comandante de um grupo de exército, ele não fala apenas como formulador distante, mas como alguém que pode ser chamado a transformar decisões políticas em ação armada. Sua posição o coloca diante de uma tensão profunda: lealdade ao Partido, obediência à cadeia de comando, responsabilidade diante de soldados e impacto moral de mobilizar tropas contra uma crise urbana. Ele deve ser interpretado como um militar consciente de que cumprir uma ordem em tempos de crise pode definir não apenas sua carreira, mas a memória histórica do Exército.

No comitê, Xu Qinxian deve representar o dilema entre disciplina militar e prudência institucional. Ele pode exigir ordens formais, clareza jurídica, respaldo da Comissão Militar Central e definição precisa dos objetivos operacionais. Sua personalidade deve ser séria, honrada, reservada e resistente a pressões improvisadas. Xu pode não se opor à autoridade do Partido em termos abstratos, mas pode questionar a forma, o timing e a legitimidade operacional de determinadas medidas. Seu papel é mostrar que o Exército não é uma máquina sem

consciência política: ele depende de comando, moral, coesão e percepção de missão. A crise, para Xu, não é apenas “restaurar ordem”; é decidir que tipo de relação existirá entre soldados, povo e Partido depois da intervenção.

Yan Mingfu

Chefe do Departamento de Trabalho da Frente Unida do Comitê Central

Yan Mingfu deve ser interpretado como uma figura voltada à negociação, mediação e construção de pontes entre o Partido e setores sociais não completamente incorporados à máquina central. Como Chefe do Departamento de Trabalho da Frente Unida, sua função política envolve diálogo com intelectuais, grupos sociais, lideranças não partidárias e atores que precisam ser neutralizados, cooptados ou incorporados. Em 1989, essa experiência é particularmente relevante porque o movimento estudantil não é apenas repressível; ele também é comunicativo, simbólico e capaz de gerar simpatia entre diferentes setores urbanos.

No comitê, Yan Mingfu deve defender diálogo com estudantes moderados, separação entre reivindicações legítimas e elementos radicais, e tentativa de esvaziar a crise por meio de canais políticos. Sua personalidade deve ser paciente, persuasiva, flexível e mais sensível à linguagem pública do que a linha dura. Ele pode argumentar que o Partido deve ouvir antes de bater, não por fraqueza, mas para dividir o movimento e preservar legitimidade. Yan pode propor encontros formais, garantias limitadas, reconhecimento do luto por Hu Yaobang e compromissos anticorrupção. Seu risco é ser acusado de ingenuidade ou concessão excessiva. Sua força é compreender que, em certos momentos, conversar pode ser uma forma de controle mais eficiente do que confrontar.

Yang Baibing

Diretor do Departamento Político Geral do Exército de Libertação Popular

Yang Baibing representa a dimensão política do Exército de Libertação Popular. Como Diretor do Departamento Político Geral, sua preocupação central não é apenas se as tropas podem agir,

mas se estão ideologicamente alinhadas, disciplinadas e convencidas da legitimidade de sua missão. Em um exército ligado ao Partido, a moral política é parte da capacidade operacional. Yang deve ser interpretado como alguém que pensa em propaganda interna, lealdade dos oficiais, educação ideológica dos soldados e prevenção de dúvidas dentro das fileiras militares.

No comitê, Yang Baibing deve defender que qualquer mobilização seja acompanhada de trabalho político intenso dentro do Exército. Sua personalidade deve ser disciplinadora, ideológica e atenta à coesão militar. Ele pode apoiar medidas duras, mas insistirá que as tropas precisam entender a crise como ameaça à estabilidade nacional e não como simples conflito entre governo e estudantes. Yang pode propor instruções políticas, controle de rumores entre soldados, seleção cuidadosa de unidades e enquadramento ideológico dos protestos. Seu papel é garantir que o Exército continue sendo o braço armado do Partido de forma coesa. Para ele, o maior perigo seria uma ordem militar executada por tropas que não acreditam plenamente em sua legitimidade.

Yang Rudai

Secretário do Comitê Provincial de Sichuan do Partido Comunista da China

Yang Rudai deve trazer ao comitê a perspectiva provincial. Como Secretário do Partido em Sichuan, ele representa uma liderança regional que observa a crise de Pequim com preocupação sobre seus efeitos nacionais. Para autoridades provinciais, o perigo não é apenas o que acontece na capital, mas o precedente que isso cria para universidades, trabalhadores, intelectuais e governos locais em outras regiões. Sichuan, por sua dimensão populacional e importância política, exige estabilidade administrativa. Yang deve pensar em como as decisões do centro serão recebidas longe de Pequim e se elas fortalecerão ou enfraquecerão os secretários provinciais.

No comitê, Yang Rudai deve defender clareza de comando e uma linha que possa ser implementada nacionalmente. Sua personalidade deve ser pragmática, regionalmente sensível e leal ao centro, mas preocupada com viabilidade local. Ele pode alertar que respostas contraditórias estimulam imitação dos protestos, enquanto repressão excessivamente visível pode gerar indignação em universidades provinciais. Yang pode propor orientações unificadas

para comitês provinciais, controle preventivo de mobilizações estudantis, reforço da propaganda local e monitoramento de trabalhadores. Seu papel é lembrar que a China não é apenas Pequim: qualquer decisão precisa ser traduzida para províncias diversas, com dinâmicas sociais próprias e riscos de contágio político.

Yang Shangkun

Presidente da República Popular da China

Yang Shangkun ocupa uma posição de enorme importância institucional e militar. Como Presidente da República Popular da China e figura com ligação relevante à Comissão Militar Central, ele deve ser interpretado como ponte entre autoridade estatal, liderança revolucionária e aparato militar. Sua representação deve carregar senso de Estado, disciplina partidária e preocupação com a unidade do comando. Yang não é apenas um símbolo formal; em uma crise que pode envolver forças armadas, sua influência política e militar torna-se decisiva. Ele deve agir como alguém que entende tanto a linguagem dos veteranos quanto a lógica da cadeia militar.

No comitê, Yang Shangkun tende a apoiar a preservação firme da autoridade do Partido, mas sua atuação deve ser estratégica, não impulsiva. Ele pode trabalhar para alinhar Deng, o Conselho de Estado, a Comissão Militar e comandos regionais. Sua personalidade deve ser severa, experiente, institucional e consciente do peso histórico de cada decisão. Yang pode defender medidas extraordinárias caso conclua que a crise ameaça o regime, mas deve se preocupar com coordenação e legitimidade interna. Seu papel é garantir que não haja fissura entre poder político e poder militar. Para Yang, a pior imagem possível seria um Partido dividido dando ordens ambíguas a um Exército hesitante.

Yao Yilin

Primeiro Vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Estado

Yao Yilin deve ser uma das principais vozes conservadoras na área econômica. Como Primeiro Vice-Primeiro-Ministro, ele representa preocupação com inflação, desequilíbrios da reforma,

planejamento estatal e riscos sociais gerados por liberalização rápida. Para Yao, os protestos de 1989 não podem ser separados dos problemas econômicos acumulados: aumento de preços, ressentimento urbano, privilégios de filhos de quadros, corrupção e sensação de que a reforma beneficiou alguns grupos em detrimento de outros. Sua leitura tende a ser crítica da liberalização excessiva e defensora de maior controle macroeconômico.

No comitê, Yao Yilin deve defender estabilização econômica, austeridade, combate seletivo à corrupção e contenção política. Sua personalidade deve ser rígida, técnica e conservadora. Ele pode argumentar que ceder a demandas políticas não resolverá a crise se a economia continuar desordenada, mas também pode usar a instabilidade como prova de que o ritmo das reformas deve ser revisto. Yao tende a se aliar a Chen Yun, Li Peng e outros defensores de maior controle. Seu objetivo é preservar o Partido e corrigir os excessos da reforma sem abrir espaço para contestação política. Para ele, ordem econômica e ordem política são inseparáveis: inflação e protesto são sintomas de uma mesma perda de controle.

Yuan Mu

Porta-voz do Conselho de Estado

Yuan Mu deve ser interpretado como a voz pública do governo em meio à crise. Como porta-voz, sua função é transformar decisões políticas em narrativa oficial, responder à imprensa, enquadrar os acontecimentos e disputar a interpretação pública dos protestos. Em 1989, essa posição é extremamente sensível porque a crise ocorre diante de jornalistas estrangeiros, estudantes altamente comunicativos e uma população urbana que acompanha boatos, discursos e pronunciamentos. Yuan não decide sozinho a política do Estado, mas pode influenciar decisivamente como ela será percebida.

No comitê, Yuan Mu deve preocupar-se com linguagem, timing e consistência das mensagens oficiais. Sua personalidade deve ser controlada, formal, defensiva e combativa quando necessário. Ele pode defender que o governo classifique claramente o movimento, evite contradições públicas e produza comunicados capazes de separar estudantes moderados de elementos considerados desestabilizadores. Yuan pode se alinhar à linha dura se a narrativa oficial caminhar para “turbulência” ou ameaça à ordem, mas também pode adaptar seu discurso

caso o Partido escolha diálogo. Seu papel é crucial: uma decisão mal comunicada pode parecer fraqueza, provocação ou mentira. Para Yuan, vencer a crise significa também vencer a batalha da versão oficial.

Zhao Ziyang

Secretário-Geral do Comitê Central do Partido Comunista da China

Zhao Ziyang deve ser a principal representação reformista do comitê. Como Secretário-Geral do Partido, ele ocupa formalmente o posto mais importante da estrutura partidária cotidiana, mas sua autoridade está em disputa diante dos anciãos e da Comissão Militar Central. Zhao é associado à continuidade das reformas econômicas e à percepção de que o Partido precisa adaptar seus mecanismos de governança a uma sociedade mais complexa, urbana e informada. Ele deve ser interpretado como alguém que compreende que a modernização econômica criou novas expectativas sociais e que simplesmente negar essas expectativas pode aprofundar a crise de legitimidade.

No comitê, Zhao Ziyang deve defender diálogo, moderação, reconhecimento parcial das demandas estudantis e combate institucional à corrupção. Sua personalidade deve ser pragmática, reformista, calculista e, ao mesmo tempo, politicamente pressionada. Zhao pode argumentar que os estudantes não são necessariamente inimigos do Estado e que uma resposta violenta comprometeria o futuro das reformas, a imagem internacional da China e a relação entre Partido e juventude urbana. Ele pode propor negociação, abertura limitada da imprensa, investigação de corrupção e retirada de linguagem oficial excessivamente dura. Seu desafio é enorme: convencer uma liderança envelhecida e traumatizada pelo caos histórico de que flexibilidade pode preservar o Partido melhor do que força. Se falhar, pode se tornar símbolo interno dos limites da reforma política.

Zhou Yibing

Comandante da Região Militar de Pequim

Zhou Yibing deve ser representado como uma das figuras militares mais diretamente ligadas ao controle operacional da capital. Como Comandante da Região Militar de Pequim, ele precisa lidar com o território mais sensível do país: a cidade onde estão a Praça Tiananmen, os órgãos centrais, as residências da liderança, embaixadas estrangeiras e o símbolo máximo do poder revolucionário. Sua posição exige cálculo militar, obediência política e preocupação com segurança urbana. Diferente de estrategistas distantes, Zhou deve pensar em rotas, tropas, bloqueios, resistência civil, comunicação entre unidades e risco de escalada no terreno.

No comitê, Zhou Yibing deve defender clareza absoluta antes de qualquer operação. Sua personalidade deve ser disciplinada, operacional e séria. Ele pode apoiar medidas de restauração da ordem se a liderança central definir essa linha, mas exigirá objetivos específicos: proteger edifícios, liberar vias, isolar a praça, impedir adesão de trabalhadores, evitar confrontos desnecessários ou preparar intervenção decisiva. Zhou também deve alertar que Pequim é um ambiente politicamente inflamável e que operações militares ali terão repercussão nacional e internacional. Seu papel é transformar decisões políticas em planos concretos, mas também mostrar aos civis do comitê que nenhuma intervenção na capital é simples, limpa ou sem consequências.

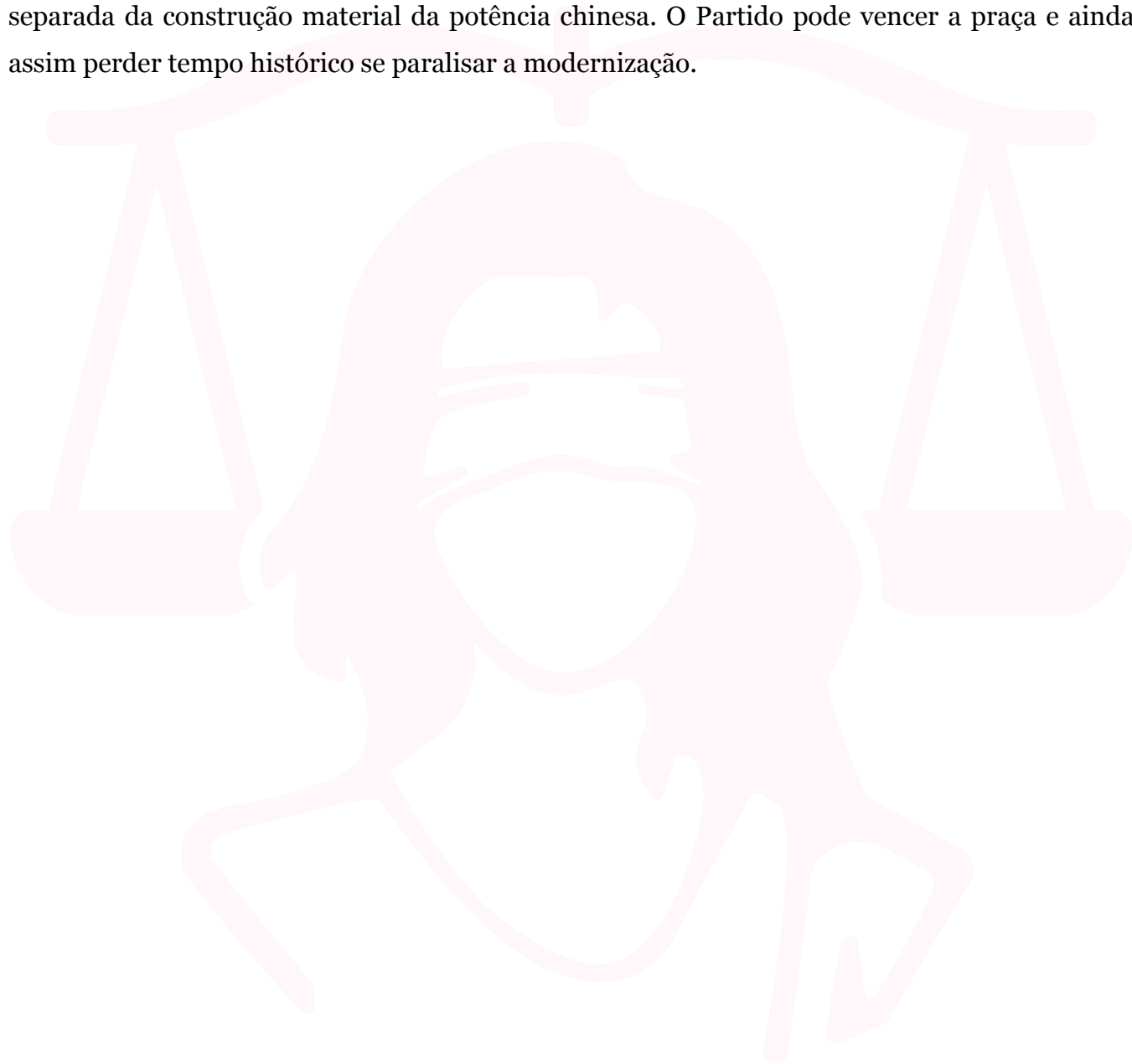
Zou Jiahua

Ministro da Indústria de Máquinas e Eletrônica

Zou Jiahua deve representar a dimensão industrial e tecnológica da modernização chinesa. Como Ministro da Indústria de Máquinas e Eletrônica, sua preocupação central está na continuidade da produção, no avanço tecnológico, na estabilidade das cadeias industriais e na capacidade do Estado de conduzir modernização material. Ele deve enxergar a crise como ameaça direta ao projeto de desenvolvimento: instabilidade política pode afetar fábricas, planejamento industrial, cooperação externa, importação de tecnologia e moral dos trabalhadores técnicos. Sua posição é menos ideológica e mais produtiva: sem ordem, máquinas param; sem modernização, a China perde futuro.

No comitê, Zou Jiahua deve defender uma resposta que preserve a indústria, a confiança dos técnicos e a continuidade dos planos de modernização. Sua personalidade deve ser pragmática,

tecnocrática e preocupada com resultados concretos. Ele pode apoiar medidas de ordem, mas deve advertir que uma ruptura profunda com universidades, engenheiros e parceiros estrangeiros seria danosa para a estratégia nacional. Zou pode propor proteção de instalações industriais, comunicação com trabalhadores técnicos, preservação de programas de inovação e contenção de greves ou paralisações. Seu papel é lembrar que a crise política não pode ser separada da construção material da potência chinesa. O Partido pode vencer a praça e ainda assim perder tempo histórico se paralisar a modernização.



Estudos de Caso e Eixos Factuais para o Guia

A morte de Hu Yaobang como detonador político

A morte de Hu Yaobang, em 15 de abril de 1989, deve ser entendida dentro do contexto acumulado ao longo da década de 1980. Sua trajetória como reformista e sua remoção em 1987 já haviam gerado insatisfação entre estudantes e intelectuais.

Como Secretário-Geral, Hu esteve associado à implementação das reformas e à reabilitação de quadros perseguidos durante a Revolução Cultural. Sua postura mais aberta no diálogo com setores acadêmicos o aproximou desses grupos, mas também gerou resistência dentro do Partido. Sua saída foi interpretada como um sinal claro de limites para qualquer avanço político mais amplo.

Após sua morte, o luto rapidamente se transformou em mobilização. As manifestações começaram nos campi e se deslocaram para a Praça Tiananmen, incorporando demandas por diálogo, transparência e revisão de posições do Partido.

Em 22 de abril, mais de 100.000 pessoas participaram das homenagens durante o funeral. A tentativa de estabelecer contato direto com o governo não teve resposta, e o editorial de 26 de abril, ao classificar o movimento como “perturbação”, contribuiu para intensificar a mobilização.

Nesse momento, o movimento ainda não tinha como objetivo a derrubada do governo. As demandas estavam concentradas em reconhecimento, diálogo e ajustes dentro do próprio sistema.

A ocupação da Praça Tiananmen e a escalada da mobilização

A ocupação contínua da Praça Tiananmen foi central para a transformação da crise. Ao longo de várias semanas, o espaço deixou de ser apenas ponto de manifestação e passou a funcionar como centro de organização do movimento.

Os estudantes permaneceram na praça de forma constante, organizando turnos, criando estruturas internas e estabelecendo canais de comunicação com outras cidades. A Federação Autônoma dos Estudantes de Pequim assumiu papel de coordenação, com lideranças como Wang Dan e Wuer Kaixi.

As demandas foram sendo formuladas de forma mais clara, incluindo a retirada do editorial de 26 de abril, abertura de diálogo com o governo, maior liberdade de imprensa e medidas contra a corrupção.

Alguns eventos marcaram a escalada da mobilização. Em 4 de maio, grandes manifestações reforçaram o caráter simbólico do movimento. Em 13 de maio, a greve de fome aumentou a pressão pública. Em 17 de maio, cerca de um milhão de pessoas participaram de protestos em Pequim.

Em 18 de maio, ocorreu uma reunião entre líderes estudantis e Li Peng, sem resultados concretos. No dia seguinte, Zhao Ziyang visitou a praça. Em 20 de maio, foi declarada lei marcial, inicialmente ignorada pelos manifestantes. Em 30 de maio, os estudantes ergueram a chamada Deusa da Democracia, reforçando o impacto simbólico da ocupação.

A sequência desses eventos mostra como a ausência de resposta consistente por parte do governo contribuiu para prolongar a mobilização e tornar mais difícil uma solução negociada.

O papel da imprensa, estudantes e apoio urbano

A dinâmica da crise foi definida pela interação entre três atores principais: os estudantes, a população urbana e a imprensa.

Os estudantes foram responsáveis pela organização do movimento. Criaram estruturas próprias de coordenação, definiram demandas e mantiveram a ocupação da praça. Ao mesmo tempo, o movimento não era homogêneo. Havia divergências internas sobre estratégia, especialmente entre encerrar a mobilização após concessões iniciais ou mantê-la até obter resultados mais amplos.

A população urbana de Pequim teve papel decisivo na sustentação do movimento. Moradores forneceram alimentos, água e apoio logístico aos estudantes. Trabalhadores participaram das manifestações e, em alguns momentos, atuaram diretamente para impedir o avanço de tropas. Esse apoio refletia insatisfações semelhantes às já descritas, especialmente em relação à inflação e à corrupção.

A imprensa ampliou o alcance da crise. Nos primeiros momentos, parte da mídia estatal apresentou cobertura relativamente favorável aos protestos, refletindo divisões internas no

Partido. Com o endurecimento da linha política, essa cobertura foi alinhada à posição oficial. Já a imprensa internacional transmitiu imagens e informações em tempo real, aumentando a visibilidade global do movimento.

A atuação combinada desses três atores contribuiu para ampliar a mobilização e dificultar sua contenção.

O contexto socialista internacional em 1989

A crise de Tiananmen ocorreu em paralelo a transformações no mundo socialista, que influenciaram a forma como os eventos eram interpretados dentro da China.

Na União Soviética, as reformas de Gorbachev, glasnost e perestroika, indicavam a possibilidade de mudanças dentro de sistemas comunistas. Para parte dos estudantes e intelectuais chineses, isso servia como referência de que reformas políticas poderiam ser conduzidas sem ruptura imediata do regime.

Para a liderança do PCCh, no entanto, o mesmo processo era visto como um alerta. A liberalização soviética parecia estar reduzindo o controle do Partido sobre o sistema, reforçando o receio de que reformas políticas pudessem gerar instabilidade.

Na Europa Oriental, negociações entre governos comunistas e oposição avançavam, e a ausência de intervenção soviética indicava mudanças na dinâmica internacional. Esses eventos reforçavam percepções distintas dentro da China: de um lado, expectativa de mudança; de outro, preocupação com a manutenção da ordem.

A visita de Gorbachev a Pequim, já mencionada anteriormente, intensificou esse contexto ao ampliar a visibilidade internacional da crise. A presença de jornalistas estrangeiros contribuiu para projetar os acontecimentos para além do cenário doméstico.

A preparação e o uso potencial do Exército

A mobilização do Exército de Libertação Popular ocorreu de forma gradual, após semanas de tentativas de controle da crise por meios políticos e administrativos.

Um elemento central é a relação entre o Exército e o Partido. O ELP responde diretamente ao PCCh, o que significa que sua atuação em crises internas faz parte do exercício do poder político, e não de uma intervenção externa.

Após a declaração de lei marcial em 20 de maio, tropas foram deslocadas para os arredores de Pequim. Nas primeiras tentativas de avanço em direção ao centro, houve bloqueio por parte da população, com civis ocupando vias e impedindo o deslocamento de veículos militares. Em alguns casos, ocorreram interações diretas entre soldados e manifestantes.

Diante dessa resistência, a estratégia foi ajustada. Unidades de outras regiões foram mobilizadas, com menor exposição à população local. Esse processo indica que o uso da força não foi imediato, mas resultado de uma escalada gradual.

A possibilidade de emprego efetivo do Exército levanta uma questão central para a crise: em que momento o Partido considera esgotadas as alternativas políticas e passa a priorizar o controle pela força.

Impactos Políticos, Sociais, Econômicos e Internacionais das Possíveis Respostas

Esta seção parte de um ponto central: o comitê se passa em 1989, antes de qualquer desfecho definitivo. As decisões ainda estão em aberto, e os impactos a seguir devem ser entendidos como projeções com base no cenário apresentado.

O impacto interno de concessões políticas

Como indicado nas seções anteriores, o movimento não surgiu com demandas de ruptura, mas com pedidos de diálogo, transparência e revisão de posições do Partido. Nesse contexto, concessões limitadas — como a retirada do editorial de 26 de abril ou a abertura de canais formais de negociação — podem reduzir a mobilização no curto prazo.

Essa abordagem se aproxima da leitura de Zhao Ziyang, que via o movimento como expressão de insatisfações acumuladas ao longo da década de 1980. Parte dos estudantes já demonstrava disposição para encerrar a mobilização diante de respostas concretas do governo.

No entanto, essas concessões não resolvem as causas estruturais do descontentamento, especialmente aquelas relacionadas à desigualdade e à corrupção. Além disso, dentro do Partido, podem ser interpretadas como sinal de fragilidade, reforçando o receio de que futuras mobilizações adotem estratégias semelhantes.

O impacto interno de repressão severa

A repressão oferece uma solução imediata para encerrar a ocupação e restaurar o controle. Essa lógica está alinhada com a posição de setores que veem o movimento como ameaça direta à autoridade do Partido. Por outro lado, como demonstrado na ampliação do movimento, a mobilização já envolve diferentes segmentos da sociedade. Isso significa que os efeitos da repressão não se limitariam aos estudantes.

No curto prazo, a tendência é de estabilização. No longo prazo, podem surgir tensões menos visíveis, com redução da confiança nas instituições e maior distanciamento entre sociedade e Estado. Internamente, a repressão fortalece posições mais conservadoras e reduz o espaço para propostas de abertura política.

O impacto sobre o futuro econômico da China

O crescimento econômico da década de 1980 é um dos principais fatores de estabilidade do regime. A continuidade desse processo depende tanto de estabilidade interna quanto de integração internacional. Uma repressão com forte repercussão externa pode levar a sanções, redução de investimentos e dificuldades no acesso a tecnologia. Por outro lado, a continuidade da crise também gera instabilidade econômica e afeta a confiança de investidores.

Assim, qualquer resposta envolve custos econômicos, que variam conforme a intensidade e a duração da crise.

O impacto sobre a imagem internacional do regime

A visibilidade internacional da crise amplia o impacto de qualquer decisão. A presença da imprensa estrangeira faz com que os acontecimentos sejam acompanhados em tempo real.

Uma resposta repressiva tende a gerar reação internacional, especialmente por parte de países ocidentais. No entanto, a importância estratégica da China pode limitar a profundidade dessas reações. Uma resposta negociada pode melhorar a percepção externa no curto prazo, mas também pode gerar questionamentos sobre a estabilidade política interna.

O impacto sobre a própria estrutura de poder do Partido

A crise também redefine o equilíbrio interno do PCCh. Como discutido anteriormente, há divisões entre diferentes setores da liderança. Uma resposta baseada na repressão tende a fortalecer posições mais conservadoras e reduzir o espaço para reformas políticas. Já uma solução negociada pode ampliar a influência de setores reformistas, sem eliminar as tensões internas.

Em ambos os cenários, a decisão afeta não apenas o desfecho imediato da crise, mas também o funcionamento do Partido nos anos seguintes.

Marcos Normativos, Ideológicos e Doutrinários Relevantes

O vocabulário oficial do Partido sobre estabilidade, reforma e disciplina

Para atuar com alguma eficácia neste comitê, é fundamental primeiro entender o vocabulário dentro do qual decisões são pensadas e argumentos são avaliados. No discurso do Partido em 1989, três ideias delimitam o que é politicamente aceitável: estabilidade, reforma e disciplina. Nenhuma delas é neutra; cada uma carrega implicações práticas bastante claras.

A estabilidade (*wending*) ocupa o lugar central. Depois do trauma da Revolução Cultural, consolidou-se entre as lideranças a percepção de que o caos político não é apenas um risco conjuntural, mas uma ameaça direta à sobrevivência do regime e à própria coesão do país. Nesse enquadramento, protestos prolongados, ocupações e mobilizações independentes tendem a ser vistos menos como expressão legítima de demandas sociais e mais como potenciais gatilhos de desordem sistêmica. Não é só discurso: para a geração no poder em 1989, essa memória é concreta.

A ideia de reforma, por sua vez, tem limites bem definidos no pensamento de Deng Xiaoping. Reformar não significa alterar a natureza do sistema, mas ajustá-lo para que funcione melhor. Trata-se de um instrumento pragmático voltado ao fortalecimento do socialismo via desenvolvimento econômico, não de uma transição para pluralismo político. Quando se fala em reforma, o que está em jogo é abertura econômica — não política.

Já a disciplina partidária funciona como o mecanismo que sustenta os dois pontos anteriores. Divergências internas existem, mas devem permanecer dentro de canais controlados. Torná-las públicas, romper com a linha oficial ou se alinhar a pressões externas não é interpretado como debate legítimo, e sim como ameaça à unidade do Partido. Para os delegados, compreender esse vocabulário é, na prática, compreender os limites dentro dos quais qualquer proposta precisa ser formulada.

A tensão entre modernização econômica e controle político

A crise de 1989 expõe uma tensão que vinha se acumulando ao longo de toda a década de 1980. A modernização econômica produziu mudanças sociais significativas, mas o sistema político não acompanhou essas transformações na mesma medida.

As reformas ampliaram a circulação de informação, criaram novos grupos urbanos com interesses próprios e elevaram expectativas de participação. Ao mesmo tempo, o Partido manteve resistência a qualquer abertura política que colocasse em risco seu monopólio de poder. A aposta de Deng era que crescimento econômico poderia coexistir com controle político rígido, funcionando como uma espécie de compensação. Em 1989, essa premissa começa a ser testada de forma mais direta.

O dilema colocado aos delegados gira justamente em torno disso. Setores mais conservadores enxergam qualquer concessão como potencial início de um processo difícil de conter, especialmente à luz do que acontecia na Europa Oriental. Já os reformistas veem na ausência de abertura um risco de acumulação de tensões que podem explodir de maneira menos controlável no futuro. No fundo, a questão é se é possível sustentar, no longo prazo, crescimento econômico sem transformação política — e diferentes respostas a essa pergunta levam a estratégias muito distintas.

O peso da memória da Revolução Cultural

Para entender as reações da liderança do Partido em 1989, é preciso considerar o impacto duradouro da Revolução Cultural sobre essa geração. Não se trata apenas de um marco histórico distante, mas de uma experiência vivida diretamente por muitos dos dirigentes, que foram perseguidos, afastados ou submetidos a trabalhos forçados.

Essa vivência molda a forma como mobilizações de massa são percebidas. A leitura predominante é que movimentos desse tipo podem escapar rapidamente ao controle, mesmo quando surgem com objetivos aparentemente limitados. A própria experiência de Mao com os Guardas Vermelhos reforça essa visão: uma mobilização inicialmente incentivada acabou desestruturando instituições e gerando níveis de violência difíceis de prever.

Mesmo que o movimento estudantil de 1989 seja diferente em natureza, essa distinção não é automaticamente relevante para quem carrega esse histórico. A imagem de multidões nas ruas ativa um tipo de alerta que vai além de cálculo político. O medo de perda de controle é real e influencia decisões de forma profunda. Para os delegados, ignorar esse fator torna qualquer argumentação menos eficaz dentro da lógica da liderança mais conservadora.

A lógica do centralismo democrático e da disciplina partidária

O centralismo democrático é o princípio organizador do Partido e ajuda a explicar tanto sua coesão quanto suas tensões internas. Em teoria, ele combina debate interno com decisão centralizada: diferentes posições podem ser discutidas, mas, uma vez definida uma linha, todos devem segui-la.

Na prática, isso significa que divergências são toleradas até certo ponto, desde que permaneçam dentro de canais institucionais. A crise de 1989 pressiona esse arranjo. A divisão entre Zhao Ziyang e Li Peng não é apenas uma diferença de abordagem, mas um conflito que se tornou visível publicamente, o que já representa um problema dentro dessa lógica.

Quando Zhao se aproxima dos estudantes e expressa apoio, ele não apenas discorda de uma linha mais dura — ele rompe com a expectativa de que essas divergências permaneçam internas. Isso enfraquece a imagem de unidade do Partido em um momento sensível.

Para os delegados, isso cria uma dificuldade adicional. Discordar pode ser possível, mas a forma como isso é feito importa tanto quanto o conteúdo. Argumentos que desrespeitem a lógica de unidade tendem a ser descartados antes mesmo de serem considerados.

Caminhos de Solução e Eixos Possíveis de Resolução

As seções anteriores exploraram a complexidade da crise sob diferentes ângulos. Aqui, o foco é nas alternativas disponíveis à liderança em 1989, com seus custos e limitações. Na prática, essas opções não são necessariamente excludentes, e o comitê pode trabalhar com combinações ou sequências entre elas.

Negociação controlada com os estudantes

A linha associada a Zhao Ziyang aposta na abertura de diálogo e no reconhecimento parcial das demandas como forma de desmobilizar o movimento. Parte da ideia de que os estudantes não buscam derrubar o regime, mas obter algum nível de escuta e resposta.

O ponto crítico dessa estratégia é o controle do processo. Para os setores mais conservadores, iniciar negociações pode gerar expectativas difíceis de conter. Outros grupos podem interpretar isso como sinal de que pressão funciona, ampliando o problema. Além disso, há um custo político interno evidente, já que concessões reforçam a posição de Zhao e enfraquecem a de seus opositores.

Concessões pontuais combinadas com reafirmação firme da autoridade

Uma alternativa intermediária envolve oferecer concessões limitadas — como investigações de corrupção ou promessas de maior transparência — ao mesmo tempo em que se reafirma claramente que o controle político não está em discussão.

O desafio aqui está no equilíbrio. Concessões muito pequenas podem ser vistas como insuficientes ou até provocativas; concessões maiores podem gerar efeitos semelhantes aos da negociação direta. Há também a questão da credibilidade: promessas precisam ser concretas o suficiente para produzir efeito, o que pode exigir compromissos que o Partido hesita em assumir.

Reorganização interna da liderança

Outra possibilidade é tratar a crise como um problema interno ao Partido, reorganizando a liderança, redistribuindo poder e buscando maior coesão política. Isso pode reduzir a exposição pública de divisões e fortalecer uma linha mais clara.

O limite dessa estratégia é que ela não resolve, por si só, a mobilização nas ruas. A insatisfação social que alimenta os protestos não desaparece com mudanças internas. Por isso, essa abordagem tende a funcionar melhor como complemento de outras medidas, e não como solução isolada.

Lei marcial e endurecimento progressivo

A lei marcial, declarada em maio, representa uma tentativa de conter o movimento por meio de pressão gradual. Restrições, controle de informação e presença militar buscam aumentar o custo da mobilização, na expectativa de que ela se desgaste com o tempo.

O problema é que essa estratégia depende de um fator incerto: o tempo. A persistência dos protestos e o descumprimento das restrições podem, ao contrário, enfraquecer a percepção de autoridade do Partido. Cada dia de impasse prolonga essa exposição.

Uso do Exército para restauração da ordem

A opção mais extrema é o uso direto da força militar para encerrar os protestos. Seus defensores argumentam que isso restabelece rapidamente a ordem e demonstra capacidade decisória.

Os custos, no entanto, são elevados. O impacto humano seria significativo, e a visibilidade internacional do momento ampliaria suas consequências externas, incluindo isolamento diplomático e possíveis sanções. Além disso, a repressão não elimina o descontentamento, apenas o desloca. Essa escolha redefine o tipo de relação entre o Partido e a sociedade, priorizando controle sobre legitimidade, com efeitos duradouros.

Perguntas que uma Resolução Deve Responder

- Classificação Política do Movimento: O Partido definirá os protestos como "patrióticos e motivados por preocupações legítimas" ou como um "distúrbio antipartidário e contrarrevolucionário"? A escolha das palavras determinará se a resposta será o diálogo ou a força.
- Mecanismos de Gestão da Ordem: Como a Praça Tiananmen será desocupada? Haverá um prazo para a retirada voluntária, uso de forças policiais (PAP) ou a convocação do Exército de Libertação Popular (ELP)?
- Tratamento das Demandas Estudantis: Como o Partido responderá às acusações de corrupção e nepotismo (*guandao*)? Serão criados mecanismos internos de fiscalização ou as demandas serão rejeitadas como interferência burguesa?
- Unidade da Liderança: Como o Comitê Central planeja lidar com as divisões internas? Haverá uma reafirmação do Centralismo Democrático que exija silêncio das alas dissidentes (reformistas ou conservadoras)?
- Comunicação e Censura: Qual será a diretriz para a imprensa estatal e estrangeira? Como o Partido pretende retomar o controle da narrativa histórica sobre os eventos de maio?
- Continuidade das Reformas: A resolução deve deixar claro: as Reformas Econômicas continuam apesar da instabilidade, ou serão pausadas para garantir a retificação ideológica?

Sugestões de Pesquisa Adicional

Materiais sobre a China pós-Mao e as reformas dos anos 1980

VOGEL, Ezra F. *Deng Xiaoping and the Transformation of China*. (Essencial para entender a mentalidade pragmática de Deng).

NAUGHTON, Barry. *The Chinese Economy: Transitions and Growth*. (Para entender o impacto da inflação e do sistema dual de preços na crise).

Materiais sobre Hu Yaobang, Zhao Ziyang, Li Peng e a liderança de 1989

GEWIRTZ, Julian. *Unlikely Partners: Chinese Reformers, Western Economists, and the Making of Global China*. (Sobre a influência das ideias ocidentais no pensamento econômico chinês).

Documentários: *The Gate of Heavenly Peace* (Longbow Papers). É uma visão crítica e detalhada que cobre tanto os estudantes quanto as reações do governo.

Conclusão

Tiananmen como crise-limite da reforma chinesa

Tiananmen não foi um acidente de percurso, mas o resultado inevitável da colisão entre uma economia que se abria para o mundo e um sistema político que permanecia fechado em suas premissas de vanguarda leninista. Em maio de 1989, a "teoria das pedras" de Deng Xiaoping — *atravessar o rio sentindo as pedras no fundo* — encontrou sua correnteza mais forte. A crise demonstrou que a modernização gera expectativas de direitos que o Partido não havia planejado conceder.

O dilema central do Partido em 1989

O dilema que vocês, delegados, carregam em mãos é o de um cirurgião operando o próprio coração: como remover a "infecção" do descontentamento social sem matar o "corpo" da estabilidade que permite o crescimento econômico? Ceder demais pode levar a China ao caminho da União Soviética de Gorbachev (o colapso); reprimir demais pode isolar a China do mundo e destruir o projeto de modernização de Den.

O desafio colocado aos delegados

Neste comitê, a história ainda não está escrita. Embora saibamos o que aconteceu na madrugada de 4 de junho na "nossa" linha do tempo, aqui, em maio de 1989, o futuro é um papel em branco. Esperamos que vocês não ajam com o julgamento moral do século XXI, mas com a responsabilidade política de quem acredita que o destino de um quarto da humanidade depende da manutenção da autoridade do Partido.

Boa sorte. O Comitê Central aguarda suas deliberações. O futuro da Revolução está em suas mãos.

Bibliografia

1. NAUGHTON, Barry. China: Economic Transformation Before and After 1989. Irvine: University of California, Irvine – Democracy Program, [s.d.]. Disponível em: <https://democracy.uci.edu/files/docs/conferences/naughton.pdf>. Acesso em: abr. 2026.
2. ZHAO, Ziyang. Prisoner of the State: The Secret Journal of Zhao Ziyang. Tradução de Bao Pu, Renee Chiang e Adi Ignatius. New York: Simon & Schuster, 2009.
3. VOGEL, Ezra F. Deng Xiaoping and the Transformation of China. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2011.
4. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. How Democracies Die. New York: Crown Publishers, 2018.
5. WANG, Zheng. Tiananmen as the Turning Point: China's Impossible Balancing Act. Washington, D.C.: Wilson Center, 2014. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org>. Acesso em: abr. 2026.
6. YUE, Jianyong. Authoritarian reform and its limits: rethinking Tiananmen 1989 from a developmental perspective. Global Policy Journal, 2025. Disponível em: <https://www.globalpolicyjournal.com>. Acesso em: abr. 2026.
7. TIANANMEN Square protests and massacre. Wikipedia. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/1989_Tiananmen_Square_protests_and_massacre. Acesso em: abr. 2026.
8. THE TIANANMEN Massacre remembered at 30 years: the Chinese Communist Party's political and military considerations. Washington, D.C.: The Jamestown Foundation, 2019. Disponível em: <https://jamestown.org>. Acesso em: abr. 2026.
9. TIANANMEN Square incident. Encyclopaedia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Tiananmen-Square-incident>. Acesso em: abr. 2026.
10. CABESTAN, Jean-Pierre. How China has changed since Tiananmen Square. Frontline/PBS, 2022. Disponível em: <https://www.pbs.org/wgbh/frontline>. Acesso em: abr. 2026.
11. GOLDSTEIN, Avery. 30 years after Tiananmen Square, a changed China largely ignores the milestone. Penn Today, 2019. Disponível em: <https://penntoday.upenn.edu>. Acesso em: abr. 2026.

12. HARDING, Harry. The impact of Tiananmen on China's foreign policy. Washington, D.C.: The National Bureau of Asian Research, 1990. Disponível em: <https://www.nbr.org>. Acesso em: abr. 2026.
13. THE CHINESE Pro-Democracy Movement: 1987–1989. International Center on Nonviolent Conflict. Disponível em: <https://www.nonviolent-conflict.org>. Acesso em: abr. 2026.
14. TIANANMEN Square decisions: Deng Xiaoping, Zhao Ziyang and Li Peng. Facts and Details. Disponível em: <https://factsanddetails.com>. Acesso em: abr. 2026.
15. ZHAO, Dingxin. The Power of Tiananmen: State-Society Relations and the 1989 Beijing Student Movement. Chicago: University of Chicago Press, 2001.
16. CALHOUN, Craig. Neither Gods Nor Emperors: Students and the Struggle for Democracy in China. Berkeley: University of California Press, 1994.
17. THIRTY years from Tiananmen: China, Hong Kong, and the ongoing experiment to preserve liberal values in an authoritarian state. International Journal of Constitutional Law. Oxford: Oxford Academic, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com>. Acesso em: abr. 2026.
18. THE forgotten socialists of Tiananmen Square. Jacobin, 2019. Disponível em: <https://jacobin.com>. Acesso em: abr. 2026.
19. THE forgotten workers of Tiananmen Square. The Nation, 2020. Disponível em: <https://www.thenation.com>. Acesso em: abr. 2026.